



**Sandra Cristina
Santos Vasconcelos**

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro



**Sandra Cristina
Santos Vasconcelos**

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Auditoria, realizada sob a orientação científica da Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Aos agricultores, em geral;
À minha mãe, em particular;
Por me ter ensinado a amar,
A terra e os animais inclusive.
Bem hajam pelo árduo trabalho.

“ Seja diligente quem amor semeia;
Quem não grangeia não colhe semente”
Lobo (1774, p372)

o júri

presidente

Prof. Doutor João Francisco Carvalho de Sousa
Professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da
Universidade de Aveiro

orientador

Prof. Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo
Professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da
Universidade de Aveiro

arguente

Prof.^a Doutora Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis
Professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

agradecimentos

À Professora Graça, minha orientadora, pela confiança, apoio, motivação e empenho ao longo deste percurso; sobretudo pelo incentivo em fazer sempre mais e melhor.

À minha família e amigos pelo apoio, disponibilidade, amizade, obrigado por fazerem parte da minha vida.

Agradeço a todos que partilham conhecimento como sendo um bem comum, só unindo esforços conseguiremos derrubar obstáculos e alcançar um mundo melhor.

Que a vida seja sempre uma partilha constante.

palavras-chave

Transição, SNC, NCRF 17, Ativos biológicos, Produtos agrícolas, Justo valor

resumo

A adoção do Sistema de Normalização Contabilístico a 1 de janeiro 2010 trouxe alterações profundas na mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas. O normativo contabilístico português contempla pela primeira vez, a mensuração ao justo valor.

No presente estudo pretendemos aferir a forma como as explorações leiteiras portuguesas estão a mensurar o seu efetivo leiteiro, através de um estudo de caso múltiplo. Os dados foram obtidos através da realização de inquéritos aos respetivos técnicos oficiais de contas.

Os resultados obtidos mostram que os valores de mercado para os animais de produção leiteira são inconsistentes, reduzindo a comparabilidade da informação financeira. Com o intuito de contornarmos as falhas identificadas, elaboramos um modelo para o cálculo do justo valor do efetivo leiteiro tendo por base a atualização dos benefícios económicos futuros.

keywords

Transition, SNC, NCRF 17, Biological assets, Agricultural products, Fair value

abstract

The adoption of Sistema de Normalização Contabilística on January 1st 2010 has caused substantial changes in the measurement of biological assets and agricultural products. The Portuguese accounting standards address the measuring of the fair value for the first time.

This study intends to determine the way Portuguese dairy farms are measuring their dairy herd through a multiple case study. Data was collected by surveys submitted to chartered accountants.

The results demonstrate that market values for dairy cattle production are inconsistent, reducing the comparability of financial information. With the purpose of overcoming the identified weaknesses, a model was developed in order to calculate the fair value of the dairy herd having as base the updating of future economic benefits.

Índice de figuras

Figura 1: Distribuição geográfica das raças autóctones em Portugal Continental	4
Figura 2: Classificação do nível corporal.....	9
Figura 3: Classificação corporal ao longo periodo lactação.....	9

Índice de gráficos:

Gráfico 1: Lactação - evolução da produção.....	11
Gráfico 2: Produção de leite em Portugal	13
Gráfico 3: Evolução da produção de leite de vaca em Portugal.....	14
Gráfico 4: Preço leite na União Europeia.....	15
Gráfico 5: Volume de negócios da Indústria Agro- Alimentar	17
Gráfico 6: Produção leite EU - 27	18
Gráfico 7: Distribuição da produção leite na EU - 27	19

Índice de quadros

Quadro 1: Pasteurização.....	12
Quadro 2: Conversão litros / kg	15
Quadro 3: Produto Interno Bruto a preços de mercado.....	16
Quadro 4: Evolução PIB	16
Quadro 5: Evolução da produção leite	17
Quadro 6: Volume de entregas de leite	20
Quadro 7: Valorização ativos biológicos por categoria	32
Quadro 8: Valorização ativos biológicos por empresa.....	34
Quadro 9: Resultado líquido – diferentes valorizações.....	34
Quadro 11: Produção de leite por lactação.....	38
Quadro 12: Produção de leite por lactação.....	39

Siglas

ASX – Australian Stock Exchange

APCRF - Associação Portuguesa de Criadores de Raça Frísia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CNC – Comissão Normalização Contabilística

EUA – Estados Unidos América

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

HTST – high temperature short time

IAS – International Accounting Standard

ICZN - International Commission on Zoological Nomenclature

IFRS – International Financial Reporting Standards

INE – Instituto Nacional Estatística

NCRF – Norma Contabilística Relato Financeiro

NIC – Norma Internacional Contabilidade

PAC – Política Agrícola Comum

PIB – Produto Interno Bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade

PRODER - Programa de desenvolvimento Regional

REAP – Regime do Exercício da Atividade Pecuária

SIMA – Sistema de Informação de Mercados Agrícolas

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

TOC – Técnico Oficial de Contas

UE – União Europeia

UHT – Ultra-high temperature

US GAAP – Generally Accepted Accounting Principles in the United States

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VAL – Valor Atualizado Líquido

Índice

AGRADECIMENTOS.....	VI
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	X
ÍNDICE DE QUADROS.....	XI
SIGLAS	XII
INTRODUÇÃO	1
1) ENQUADRAMENTO SETOR LEITEIRO	2
1.1) Caracterização e relação das diferentes raças bovinas no setor leiteiro português	2
1.1.1) Raças	2
1.1.2) Raças Autóctones Portuguesas	3
1.1.3) Raças exóticas	5
1.1.4) Características dos bovinos leiteiros	7
1.1.5) Eficiência na produção leiteira	10
1.2) Importância do setor leiteiro na economia portuguesa	13
1.2.1) Produção de leite	13
1.2.2) Produção de leite de vaca	14
1.2.3) Setor leiteiro e a economia Portuguesa	16
1.2.4) Setor leiteiro e a Europa	17
1.2.5) Setor leiteiro e a economia mundial	19
2) REVISÃO NORMATIVA.....	21
2.1) Evolução do Sistema Contabilístico Português	21
2.2) Normativo aplicado ao setor leiteiro	22
2.3) Mensuração de ativos biológicos em Portugal	23
3) REVISÃO LITERATURA.....	24
4) ESTUDO DE CASO	28
4.1) Metodologia.....	28
4.2) Objetivos e Questões de Pesquisa.....	29
4.3) Recolha e tratamento de dados	29
4.4) Amostra	30
4.5) Resultados.....	32

5) FÓRMULA DE CÁLCULO DO JUSTO VALOR	36
5.1) Fórmula genérica	36
5.2) Simulação formula - raça holstein frísia.....	37
6) CONCLUSÕES	40
BIBLIOGRAFIA:	42
Anexo 1) Bovinos – Mercado de Produção	47
Anexo 2) Guião de entrevista telefónica aos Técnicos Oficiais de Contas.....	51
Anexo 3) Simulação das Demonstrações Financeiras	52
3.1) Sociedade A, Lda.....	52
3.2) Sociedade B, Lda.....	55
3.3) Sociedade C, Lda.....	58
3.4) Sociedade D, Lda.....	61

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito se tem falado e escrito sobre o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade. Em Portugal a adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) a 1 de janeiro de 2010 trouxe alterações profundas ao sistema contabilístico, sobretudo para o setor agrícola. Pela primeira vez, Portugal passou a ter uma norma específica para a agricultura que implementa um novo método de mensuração dos ativos biológicos pelo justo valor. Com este trabalho pretendemos estudar qual o impacto da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17 no setor leiteiro. O setor leiteiro, tem sido alvo de inúmeros estudos, a grande maioria relacionados com questões de eficiência produtiva. Não é de estranhar que tal aconteça, pois estamos perante um setor muito representativo na economia mundial e que movimenta milhões de euros. Em Portugal este setor representava em 2011 cerca de 11% de toda a indústria agroalimentar (IACA, 2011). Quando passamos para a vertente contabilística, a informação que dispomos é muito redutora. Passados mais de dois anos da adoção do SNC como é que este está a ser aplicado nas explorações leiteiras e que impacto isso pode ter? Representará o verdadeiro valor dos ativos biológicos e produtos agrícolas no setor? O presente estudo visa obter resposta para estas questões e encontrar possíveis alternativas para eventuais lacunas que possam existir. Urge compreendermos de que forma é que os ativos biológicos nomeadamente os animais estão a ser contabilizados e qual o impacto dessa valorização nas Demonstrações Financeiras.

Para podermos elaborar um trabalho mais preciso e rigoroso é imprescindível conhecer o setor e as suas especificidades. No primeiro capítulo procedemos ao enquadramento do setor, caracterizando as raças bovinas existentes em Portugal, a produção de leite, culminando com o enquadramento económico do setor. Posteriormente explana-mos o normativo contabilístico português e realizamos a revisão da literatura, nos capítulos dois e três respetivamente. A componente prática deste trabalho iniciou-se no capítulo quatro com a realização de um estudo de caso, cujo objetivo principal traduz-se na seguinte questão: o valor contabilístico das explorações leiteiras é influenciado pelo justo valor? Os resultados obtidos, levaram-nos a elaborar uma fórmula para o cálculo do justo valor dos animais, sendo os fundamentos teóricos e a respetiva simulação efetuados no capítulo cinco. O sexto capítulo é dedicado às conclusões, referenciando possíveis direções para estudos futuros.

1) ENQUADRAMENTO SETOR LEITEIRO

O setor leiteiro é complexo, ao focalizar-se no animal, existem uma série de fatores que influenciam a eficiência produtiva. Para podermos compreender a vertente contabilística do setor leiteiro, teremos de nos inteirar das suas especificidades, não só dos aspetos mais relevantes da parte animal como também da conjuntura económica e do meio envolvente.

Neste capítulo apresentamos as raças bovinas existentes em Portugal, a sua eficiência produtiva, culminando na abordagem económica do setor. Para podermos compreender a relevância do presente trabalho temos de ter presente a importância económica do setor nomeadamente na economia portuguesa.

1.1) Caracterização e relação das diferentes raças bovinas no setor leiteiro português

O presente estudo incide na produção de leite de bovinos. Para ser mais perceptível o estado atual do setor leiteiro temos de compreender as origens e os fatores que mais influenciam o seu desenvolvimento. Neste sentido é primordial conhecermos as raças bovinas nomeadamente as autóctones, o que nos conduz a uma melhor perceção das raças exóticas existentes em Portugal. Ao longo desta abordagem é necessário ter presente que os produtores desenvolvem esta atividade com o objetivo de alcançarem a eficiência produtiva afim de rentabilizarem as suas explorações.

1.1.1) Raças

Muitos são os investigadores que têm analisado a origem dos bovinos domésticos, dando conta da existência de duas teorias distintas: a teoria polifilética e a teoria monofilética. *“Para os defensores da teoria polifilética, o processo de domesticação sucedeu simultaneamente em vários lugares do globo e, logicamente, a partir das formas locais. Para os apologistas da teoria monofilética o processo localizou-se no continente asiático, mais precisamente na Índia, Ásia Menor e Egipto, coincidindo com focos de antigas culturas dos vales férteis dos rios Indus, Eufrates, Tigre e Nilo”* (Alves, 2004, p5).

De acordo com Carvalho (2000, p4) *“Existem duas formas reconhecidas de bovino doméstico, ou seja, o bovino taurino (sem bossa, da Europa, Oeste africano e Norte asiático (Bos taurus)) e o bovino zebu (com bossa do Sul da Ásia e África (Bos indiens,)))*. A classificação dos bovinos sem bossa é feita por Vilá (1978, p18) como *“pertencente ao tipo dos vertebrados, classe mamíferos, ordem artio dáctilos, família Bovidae, sub-família Bovinae género Boi e espécie Boi Taurus.”*. No seguimento da exposição destes dois autores, vários estudos defendem que as vacas leiteiras são geralmente da espécie Bos Taurus, a qual é oriunda da extinta espécie selvagem Auroques de cuja última referência na Europa remonta ao século XII.

As raças bovinas podem ser divididas em três categorias: uma destinada à produção de leite, outra à produção de carne e outra para ambas as finalidades. Nem sempre houve esta distinção, nos primórdios falar-se de bovinos, significava simultaneamente a produção de leite e carne, bem como, de animais de tração para transportes e execução de atividade agrícolas.

Com o decorrer do tempo, houve a necessidade de especialização do gado, as raças foram alvo de aperfeiçoamento genético, focalizado para um determinado fim, ou produção de leite ou de carne.

1.1.2) Raças Autóctones Portuguesas

A abordagem das raças bovinas autóctones portuguesas, permite a caracterização não só do tipo de animais existente em cada região, mas também a compreensão da grande diversidade geográfica e sócio cultural latente em Portugal. Na breve caracterização que irá ser feita a cada raça autóctone, explanaremos as características que permitem a identificação das raças com as respetivas regiões. Apesar de o número de efetivos autóctones ter sofrido uma redução nas últimas décadas em prole de outras raças, muitos autores são defensores que a sustentabilidade do país passa pela preservação das raças autóctones sobretudo no solar de origem, a par da seleção e refinamento genético, tendo as raças locais a capacidade de *“sobreviverem e de se reproduzirem em condições difíceis e possuem uma grande aptidão para aumentar a produção, sem perder adaptações locais mediante a realização de apropriados programas de selecção. Pelo contrário, as raças altamente seleccionadas só atingem uma elevada "performance" em condições óptimas de boa nutrição e adequada assistência técnica.”* (Carvalho, 2000,p3).

Apenas na década de oitenta começaram a surgir iniciativas com o intuito de conservar e preservar a diversidade genética das raças bovinas, sendo dada especial atenção às raças autóctones. Finalmente assiste-se à consciencialização de que as raças autóctones são um património genético único e insubstituível o qual deve ser preservado. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) tem focado a sua ação nesta problemática, e em 1992 lançou um programa internacional com o objetivo de salvaguardar e difundir a diversidade genética, inventariar os recursos de cada região, detetar as raças que se encontram em perigo de extinção e estudar e propor a forma de as proteger.

Em Portugal está vigente o Plano de Desenvolvimento Rural (2007-2013) que teve origem na União Europeia e está a ser implementado pelo Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Este plano visa a conservação e melhoramento dos recursos genéticos, a sua ação desenvolve-se através do financiamento direto aos agricultores e às associações de agricultores. A preservação e gestão das raças autóctones inicialmente encontrava-se sobre a

jurisdição da Direção Geral de Veterinária, estando atualmente a cargo das respetivas associações. Este serviço surge com a tomada de consciencialização da quase extinção das raças bovinas autóctones após o cruzamento desmedido de raças na década de sessenta e setenta.



Figura 1: Distribuição geográfica das raças autóctones em Portugal Continental
Fonte: Direção Geral dos Serviços Veterinários (1981)

A análise da figura nº1 permite-nos ter a percepção da distribuição geográfica das raças de bovinos autóctones em Portugal continental. O facto de cada região ter a sua raça, advém das especificidades climáticas, do relevo, e de aspetos sócio culturais. Pelo que, as raças adaptaram-se às regiões não havendo habitualmente mistura de diferentes raças autóctones dentro das regiões. As raças barrosã, maronesa, mirandesa e arouquesa, têm o seu solar de origem em regiões montanhosas cujos invernos e verões são rigorosos daí apresentarem uma fisionomia mais resistente, face às restantes raças autóctones. Muito se poderia falar e debater sobre cada raça, não só devido à especificidade das respetivas origens, mas também, devido à representatividade que lhe é incutida pela respetiva região, refletindo deste modo a grande diversidade existente em Portugal, bem como, as assimetrias regionais.

1.1.3) Raças exóticas

A evolução socioeconómica, que ocorreu ao longo dos últimos séculos conduziu à globalização dos mercados. O mercado dos bovinos em Portugal não foi exceção. As raças autóctones permitiam satisfazer os mercados locais ao nível de carne e leite bem como as necessidades dos trabalhos agrícolas. Contudo, a industrialização veio revolucionar a agricultura, permitindo a introdução de maquinarias tornando a atividade mais competitiva. Assim a componente de trabalho desempenhada pelas raças bovinas autóctones perdeu relevância.

O setor leiteiro começou a ser mais competitivo e atrativo, surgindo a necessidade de termos raças mais propensas à produção de leite. O aumento dos aglomerados urbanos, incrementou a necessidade de consumo e uma maior eficácia ao nível do fornecimento destes centros. Este processo de introdução de raças para aumentar a produção já tem alguns séculos. De acordo com Monteiro *et al* (1981, p259), “*as primeiras vacas da raça frísia entraram em Portugal por meados do século XVII, oriundas dos países Baixos, e foram instaladas em Lisboa e arredores próximos. Aqui se fixaram e multiplicaram, sob os nomes de turinas ou holandesas sempre exploradas na sua vocação lactígena*”.

Com a introdução de outras raças, houve uma despreocupação na manutenção das raças autóctones. Na opinião de Sá (1989, p69) “*em Portugal, não podemos considerar a existência de raças leiteiras autóctones nacionais, porque aquelas que poderiam ter merecido a atenção de, em seu devido tempo, serem seleccionadas pela sua aptidão leiteira não o foram, e hoje é tarde*”.

As novas técnicas reprodutivas, nomeadamente a inseminação artificial, originaram o incremento do cruzamento de raças, contribuindo deste modo para a redução dos efetivos das raças autóctones e em alguns casos conduziu à extinção da raça.

As raças bovinas introduzidas em Portugal para a produção de leite são:

-Raça Turina

Para Sá (1989, p69) a raça Turina *“não é mais que a raça holandesa que vinda para Portugal em meados do século XVIII, aqui se teve de adaptar às novas condições de vida necessariamente precárias, o que levou a uma perda de corpulência e de qualidades reprodutivas”*. Atualmente, a designação Turina caiu em desuso, até porque a preocupação dos produtores em ter animais de raças refinadas para a produção de leite originou a preservação das mesmas. De acordo com Vilá (1978, p35) *“a designação de raça holandesa deixou de ser utilizada tão frequentemente sendo oficialmente substituída por raça frísia”*.

- Holandesa preta e branca;

Ao longo dos séculos esta raça afirmou-se, no setor leiteiro português, sendo hoje a principal raça. As características principais da raça frísia são a grande pelagem preta-malhada ou malhada de preto, corpulência, cabeça comprida, cornos pequenos, tetas desenvolvidas e afastadas umas das outras, grandes veias lácteas entre outras. Apresenta uma grande facilidade de adaptação climática; pelo que expandiu-se a toda a zona tropical do globo. Atinge níveis de produção de leite muito elevados, podendo alcançar os 3,5% teor de gordura.

- Holandesa Vermelho e branca;

A grande diferença face á raça Holandesa preta e branca reside sobretudo na cor, atinge níveis de produção semelhantes mas contém um número de efetivos inferior. As iniciais desta raça são MRY, devido ao facto dos animais terem sido criados nos vales dos rios Mosa, Reno e Issel.

- Jersey;

É originária das Ilhas Jersey (canal da Mancha), é considerada a raça manteigueira pois produz leite com percentagem elevada de gordura na ordem dos 5,29%. Apresenta corpulência pequena, tendo uma cor de pelagem que varia do amarelo claro ao escuro. Os níveis de produção são muito inferiores aos da frísia, podendo atingir os 5.000 litros por lactação.

- Ayrshire

Esta raça descende do gado escocês dos Condados de Ayr e Lanakde, terras pobres mas de clima húmido e variável. Apresenta pelagem malhada vermelha. A aptidão dominante da raça é a produção de leite, produzindo em média 3.900 litros por lactação com 3,8% de gordura. Por ser muito rico em matéria seca, o seu leite é próprio para o fabrico de queijos, sendo a raça considerada a melhor queijeira inglesa.

- Parda da Suíça

Caracteriza-se pela sua grande corpulência (menor que a frísia), pelagem cinzenta e cascos muito duros adequados a pastagens pedrosas. As vacas desta raça são também boas produtoras de leite atingindo um nível de gordura de 4,02%.

1.1.4) Características dos bovinos leiteiros

Existem vários aspetos a ter em consideração na análise, avaliação e valorização de um bovino leiteiro. As vertentes a considerar, subdividem-se em áreas específicas e a valorização do animal só fica completa quando todas estas áreas são contempladas. Assim, dever-se-á ter em conta as seguintes características:

- Genéticas;

A genética assume grande importância na caracterização dos bovinos. Tal como refere Vilá (1978, p156) os negociantes socorriam-se das feiras do norte e *“só o aspecto da mama do animal e as características externas, eram suficientes. Hoje solicitam-se mais detalhes da sua ascendência e sendo possível das suas linhas colaterais”*.

Para a obtenção de um aperfeiçoamento genético é crucial a seleção dos touros de cobrição. A seleção pode ser baseada em 3 vertentes; no aspeto geral do animal, na genealogia e no rendimento das crias. São inúmeros os estudos sobre a genética e os avanços alcançados nesta área. O fator genético é crucial para as explorações leiteiras, dependendo dele a sua rentabilidade e sustentabilidade. Facilmente se depreende porquê, pois tal como Atkins (2009) explica, os fatores genéticos, incluindo a capacidade genética para altas produções e obtenção de leite de qualidade constituem fatores funcionais necessários para a vaca expressar o seu potencial produtivo, reprodutivo, bem como, as condições corporais e de saúde adequadas à obtenção de um sistema imunitário resistente a distorções do metabolismo. Sarakul *et al* (2007), após a elaboração e análise de um estudo sobre a importância da genética para a rentabilidade das explorações leiteiras, concluíram que a melhoria genética influencia a eficiência e a rentabilidade das explorações leiteiras.

- Zoológicas;

A zoologia é a *“ciência que estuda os animais”* (infopédia, 2011). É um ramo da biologia que estuda a estrutura, fisiologia, comportamento, evolução e classificação dos animais e a relação destes com o ambiente. Pela própria definição é possível constatar a importância dos aspetos

zoológicos para a caracterização do gado bovino. Atualmente a entidade que gere os aspetos científicos zoológicos é a International Commission on Zoological Nomenclature (ICZN).

- Morfológicas;

A morfologia dos bovinos leiteiros tem sido alvo de inúmeros estudos, os quais correlacionam os aspetos morfológicos com a produção de leite. Os aspetos morfológicos dos animais são preponderantes para definir a sua aptidão para a produção de leite, como refere Vilá (1978, p42) *“as raças seleccionadas para a produção leiteira têm em geral uma morfologia idêntica. Eumétricas quanto ao peso (500 a 600 kg), Concavilíneas quanto ao perfil e apresentam proporções eminentemente Logilíneas”*.

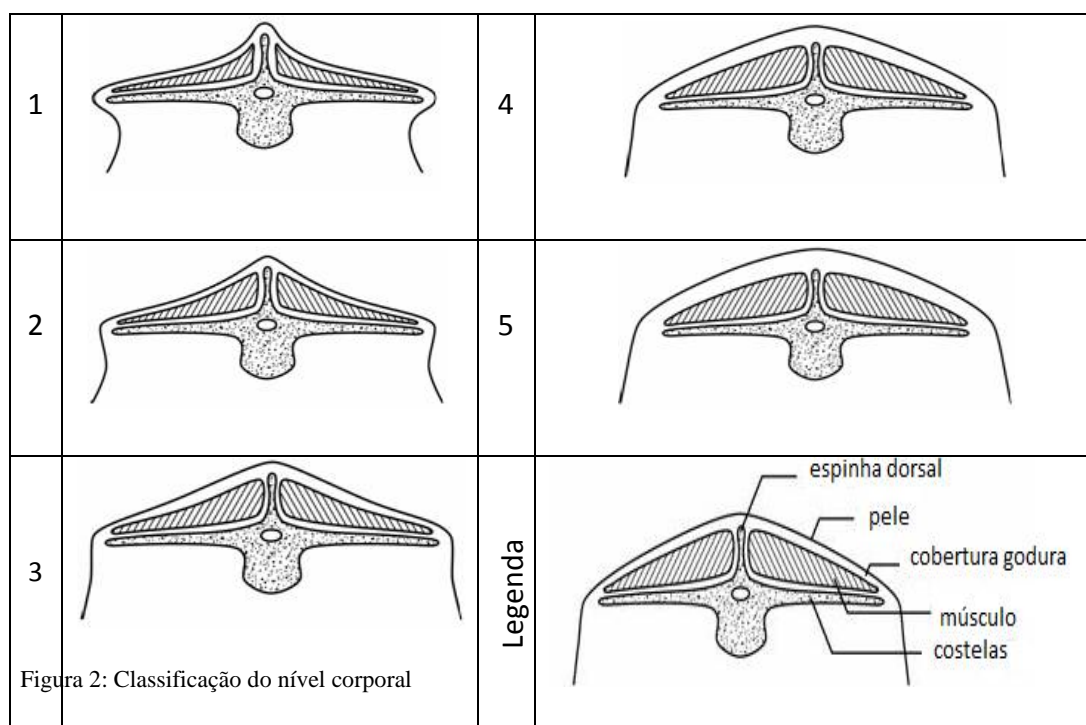
A Associação Portuguesa de Criadores de Raça Frísia(2011) descreve a morfologia para os animais desta raça como uma *“morfologia nitidamente de aptidão leiteira, facilmente observado no grande desenvolvimento do sistema mamário e com uma capacidade corporal que lhe permite consumir grandes quantidades de forragem e valoriza-la*. Já Vasconcellos (2007, p166) refere que os aspetos a considerar são a aparência geral, estatura, temperamento leiteiro, capacidade corporal e o sistema mamário.

- Fisiológicas;

De acordo com Vilá (1978, p34) a fisiologia *“foi orientada pelo homem e através de séculos de selecção para a produção láctea: alargamento das suas formas, grande cavidade abdominal, (em que a inseminação artificial teve um papel preponderante), sistema venoso e digestivo potente, escassa acumulação e gordura e metabolismo energético. Tudo isto conduz a facilitar alto rendimento leiteiro)”*. Assiste-se a um cuidado especial com os aspetos reprodutores havendo cada vez mais preocupação com a resposta atempada aosaios, tendo em atenção a obtenção de elevados índices reprodutivos.

- Nível de condição corporal;

A condição corporal dos bovinos leiteiros contempla cinco classificações. O primeiro nível refere-se aos animais muito magros e sem reservas de gorduras sendo o quinto nível o extremo oposto contemplando os animais extremamente gordos. Através da análise da figura 2, podemos visualizar a classificação corporal.



Fonte: adaptado Rodenburg (2004, p92)

Quando os animais se situam nos extremos da classificação corporal acarretam sérios problemas de saúde, baixa produção e aumentam a incidência de infertilidade. Rodenburg (2004) refere que quando as vacas se encontram no período de secagem até à parição devem ter uma classificação corporal entre 3,0 e 4,0 pontos; por contrapartida as vacas que estão no pico de produção deverão situar-se entre os 2,5 e os 3,5 pontos.

O posicionamento ao nível do ciclo de produção de leite, aliado a aspetos como a alimentação e o manejo, são fulcrais para a classificação corporal. A figura 3 ilustra as alterações da classificação corporal face à evolução do ciclo produtivo.

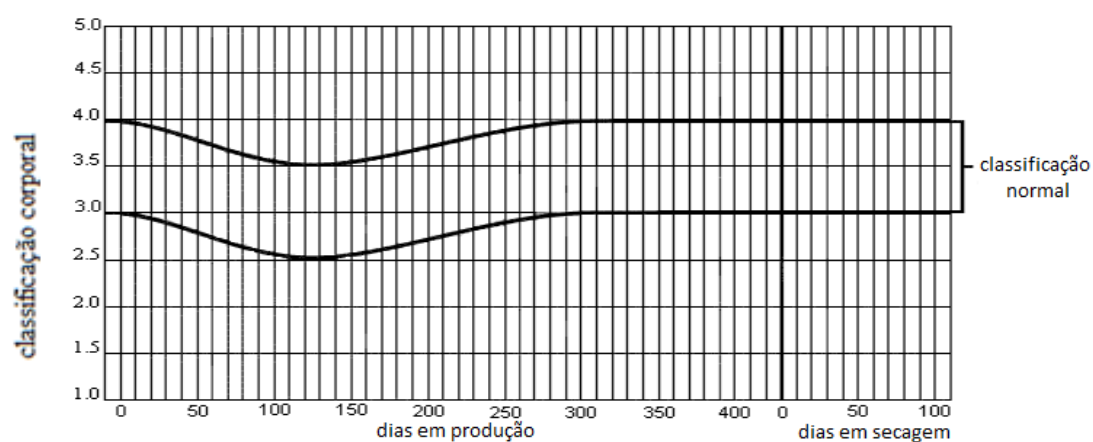


Figura 3: Classificação corporal ao longo período lactação
Fonte: adaptado Rodenburg (2004, p122)

No que concerne às características do efetivo leiteiro, muito mais haveria a dizer. Mas apenas pretendemos salientar que a produtividade e os benefícios económicos que um animal proporciona a uma exploração leiteira dependem de muitos fatores os quais têm de ser levados em consideração na classificação dos animais.

1.1.5) Eficiência na produção leiteira

Face ao que temos vindo a expor, no que se refere às raças de bovinos e às características de cada animal na mesma raça constatamos que o grau de eficiência dos animais na produção de leite varia em função de vários fatores. Neste sentido, Nunes (2004, p130) refere que *“a eficiência da energia metabolizável para a produção de leite depende da concentração energética da dieta, podendo adoptar-se um valor da ordem dos 60% para a maioria das dietas típicas de vacas leiteiras”*. (O mesmo autor refere que comparando as vacas da mesma raça, verifica-se que, para a mesma produção, as mais leves são mais eficientes. A par da eficiência produtiva estar relacionada com a genética, também se encontra correlacionada com o regime alimentar, a produção e a fertilidade.

Em média a primeira inseminação da vaca ocorre aos 15 meses, começando a produção de leite aos 24 meses de idade. O período de gestação dos bovinos é de 9 meses, sendo habitual proceder à secagem do leite por volta do 7º mês de gestação. Em média cada lactação tem a duração de 305 dias podendo atingir uma produção de leite superior a 9.000 kg por lactação.

Goff (1995) refere que o pico de produção ocorre entre o segundo e terceiro mês após o parto, podendo atingir uma produção de 40 a 50 litros por dia, conforme verificamos no Gráfico 2. O pico de produção ocorre na terceira lactação, podendo a vaca ser mantida em produção até à quinta ou sexta lactação com um bom nível de rendimento.

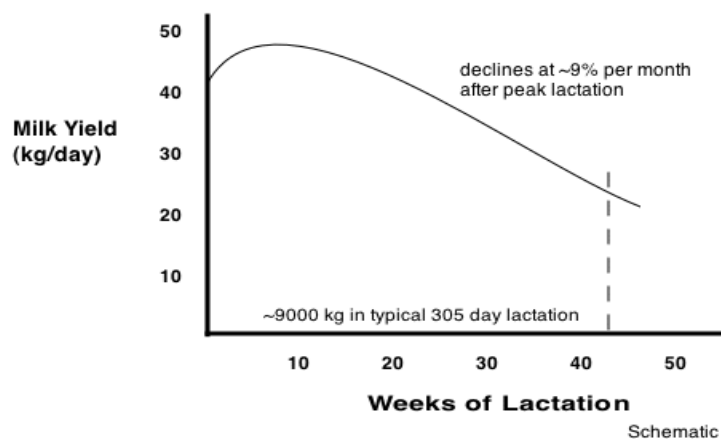


Gráfico 1: Lactação - evolução da produção

Fonte: Goff (1995, p10)

Leite

O setor sobre o qual este trabalho incide tem por base o leite, sendo pertinente a exposição de definições deste bem, afim de uma melhor compreensão do setor.

De acordo com Vilá (1978 p295) o leite “*é a secreção da mama dos animais mamíferos.*” No mesmo sentido, Sá (1989, p85) refere que “*fisiologicamente o leite é a secreção das glândulas mamárias destinada à alimentação da cria na primeira fase da vida*”. É de salientar que após o parto a fêmea produz o colostro, que constitui uma grande fonte de vitaminas, enzimas e anticorpos para a cria. Barbosa *et al* (2009, p33) afirmaram que “*de facto, o colostro embora produzido pela glândula responsável pela produção de leite - a glândula mamária - tem propriedades biológicas e físico-químicas muito diferentes das do leite, sendo um produto maravilhoso da natureza que prepara o recém-nascido para a vida extrauterina.*”. A passagem de colostro a leite pode demorar até 15 dias. Para Vilá (1978, p295) “*à medida que passam os dias, o colostro vai desaparecendo e o verdadeiro leite ocupa a totalidade da secreção das glândulas mamárias*”.

O leite é composto por várias substâncias entre as quais, água, gordura, proteína (caseína, lactoalbumina e lactoglobulina), lactose e sais. Sendo a água o principal constituinte, cerca de 87,25% do leite é água. As características físicas do leite e a sua composição dependem de vários fatores nomeadamente da raça, alimentação, idade, lactação entre outros.

A produção de leite explora várias espécies pecuárias, a que assume um papel preponderante é a vaca, sendo a cabra, ovelha e búfala importantes produtores em determinadas regiões do mundo.

De acordo com Barbosa *et al* (2009, p25) os “animais de outras espécies, tais como o camelo, lama, rena, iaque e outros, embora sejam igualmente utilizados como fonte de alimento lácteo, a sua importância é meramente de tipo regional, não figurando sequer nas estatísticas mundiais a produção de leite dessas fêmeas”.

Industrialização do setor leiteiro

A dinâmica do setor leiteiro atingiu o seu auge com as descobertas obtidas pelo cientista francês Louis Pasteur. Ao estudar a deterioração dos alimentos, descobriu em 1864 que o leite poderia ser conservado através da pasteurização.

De acordo com Gomes (2009, p12) a “pasteurização reside basicamente no fato de se aquecer o alimento a determinada temperatura, e por determinado tempo, de forma a eliminar os microrganismos presentes...o avanço científico de Pasteur melhorou a qualidade de vida dos humanos permitindo que produtos como o leite pudessem ser transportados sem sofrerem decomposição”. O leite obtido aquando da ordenha, contém bactérias e germes pelo que é imperativo efetuar a pasteurização. Nos meios onde o leite não passa por um processo industrial, ou seja, o consumo ocorre junto à exploração, é necessário ferver o leite antes de o consumir.

Em 1895 iniciou-se a comercialização das máquinas que poderiam efetuar a pasteurização - os pasteurizadores. Inicialmente o processo de pasteurização era feito através de calor, mas as técnicas foram evoluindo e em 1948 surge a pasteurização a temperatura ultra-alta.

Tipos de pasteurização	Temperatura °C	Duração do aquecimento
Pasteurização baixa ou lenta	62-65	30 minutos
Pasteurização alta ou rápida - HTST	75	15 a 20 segundos
Pasteurização instantânea - UHT	130-150	2 a 8 segundos

Quadro 1: Pasteurização

Fonte: adaptado Barbosa (2009, p185)

Através do quadro 1 podemos verificar a existência de três tipos de pasteurização, diferenciando-se pela temperatura de aquecimento e pela duração de aquecimento, aliando a estes dois fatores os choques térmicos. Goff (1995) refere que o processo UHT (ultra-high temperature), trouxe grandes vantagens comerciais para o setor leiteiro nomeadamente, a

preservação com alta qualidade dos produtos, a conservação superior a 6 meses sem refrigeração e a redução de custos de embalamento, transporte e armazenamento. No que concerne à pasteurização HTST (high temperature short time) a vantagem mais evidente consiste em manter as propriedades do leite cru.

1.2) Importância do setor leiteiro na economia portuguesa

1.2.1) Produção de leite

Quando se fala em produção de leite em Portugal, estamos perante um vasto setor, que engloba produção de leite de vaca, cabra e ovelha. Seguidamente iremos analisar algumas estatísticas que refletem o contributo por tipo de animal para a produção de leite em Portugal.

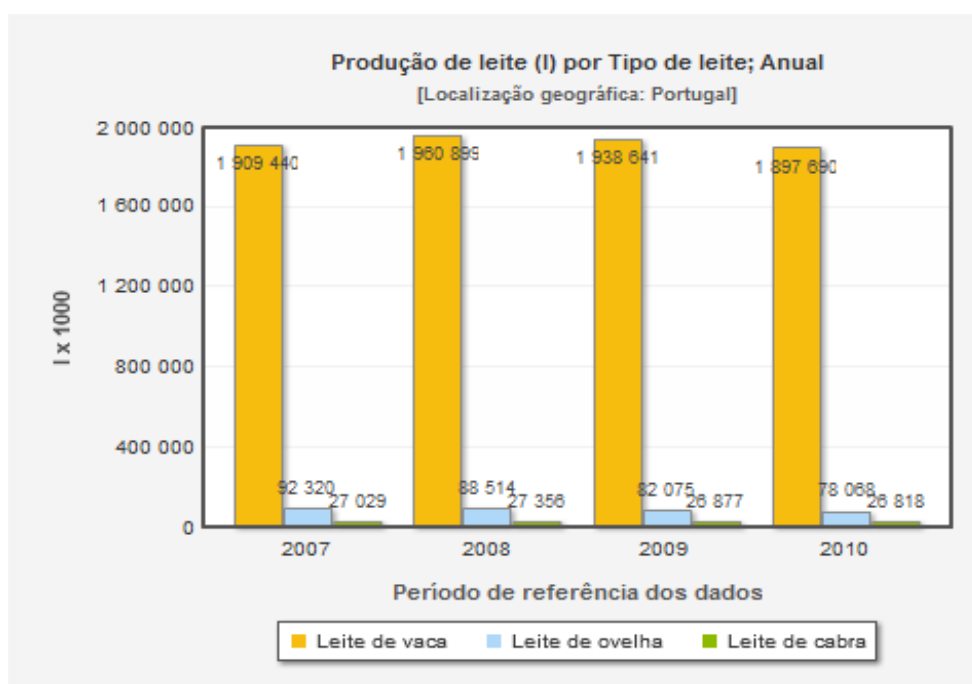


Gráfico 2: Produção de leite em Portugal

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Agricultura e da Floresta 2010

Através da análise do gráfico 2, constatamos que efetivamente é a produção de leite de vaca que tem o peso mais significativo no setor leiteiro português. Sendo que, no ano de 2010, a produção de leite de vaca representou 94,76% do total da produção. Este valor tem vindo a aumentar gradualmente ao longo dos anos mas pouco significativamente quando comparado com 2007 (94,12%), uma vez que o aumento foi de 0,69%. A produção de leite de cabra e ovelha têm vindo a perder peso no setor tendo em 2010 sido responsável por apenas 5,24% da produção.

Verifica-se a ocorrência de uma quebra generalizada da produção de leite em 2009, acentuando-se ainda em 2010. A produção de leite de vaca em 2010 foi de 1 898 milhões de litros, verificando-se um decréscimo de cerca de 3,38% face a 2009. Comparando o período homólogo, a produção de leite de ovelha registou uma quebra de 5%, verificando-se a mesma tendência na produção de leite de cabra na ordem de 0,5%.

1.2.2) Produção de leite de vaca

Em Portugal, a produção de leite de vaca em 2011, não teve oscilações relevantes face a 2010; registando-se apenas uma quebra mais significativa em julho de 2011 face a 2010 na ordem das 9 toneladas.

Comparando os dez primeiros meses de 2011 com o mesmo período no ano transato, deparamo-nos com uma redução de produção de cerca de 4,6 toneladas, conforme verificamos no Gráfico 3. O que vem de encontro à problemática que o setor atravessa, registando um abandono da atividade por parte dos produtores de pequena dimensão.

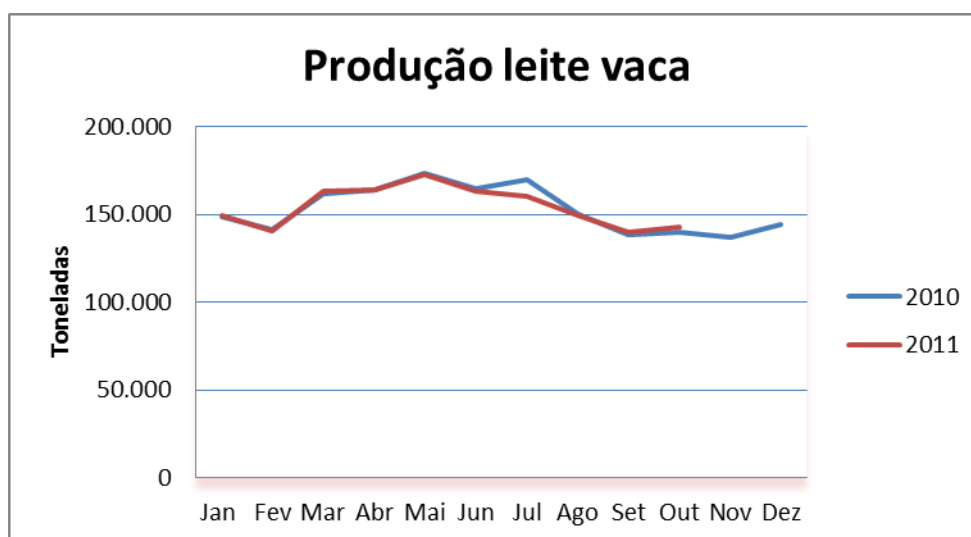


Gráfico 3: Evolução da produção de leite de vaca em Portugal
Fonte: INE, I.P., Boletim Mensal da Agricultura e Pescas - dezembro 2011

Fazendo Portugal parte da União Europeia, as tendências do setor leiteiro refletem as medidas adotadas para o setor no espaço europeu, nomeadamente as da Política Agrícola Comum (PAC). O possível desmantelamento das quotas leiteiras em 2015, veio trazer muita instabilidade ao setor a qual aliada a outros fatores conduziu ao encerramento de explorações leiteiras desde o final de 2009, colocando em risco a permanência de algumas explorações de pequena e média dimensão no mercado. De acordo com a publicação das Estatísticas Agrícolas de 2009 do Instituto Nacional de Estatística (INE), existem outros fatores que contribuem para a atual situação, tais como “...a não consideração do sector como estratégico no ProDer, reduzindo os

apoios ao investimento, a aplicação do REAP (implicando encargos adicionais no licenciamento e manutenção das explorações leiteiras) e a opção das cadeias de distribuição pela importação de produtos lácteos para as suas marcas brancas, dificultaram a colocação de leite nacional no mercado, agravando a descida de preços e as margens de comercialização na fileira do leite” (INE, 2009, p56). Estamos perante um setor que enfrenta grandes desafios, não só em Portugal mas a nível mundial com o intuito de garantir a sua sustentabilidade.

É importante termos presente a conversão de litros de leite para kg, uma vez que quando falamos de quotas, as mesmas são mensuradas em kg. No Quadro 2 apresentamos a tabela de conversão de litros em kg.

Produtos	Unidade	Equivalência (kg)
Leite inteiro de:		
- Cabra	litro	1,035
- Ovelha	»	1,038
- Vaca	»	1,031

Quadro 2: Conversão litros / kg

Fonte: INE-Estatísticas da Agricultura e da Floresta (2010, p33)

Estamos perante um setor bastante assimétrico, não só pelos preços praticados na União Europeia (Gráfico 4) mas também por fatores geográficos, climáticos e sobretudo pelos apoios financeiros concedidos, que geram distorções no mercado concorrencial.

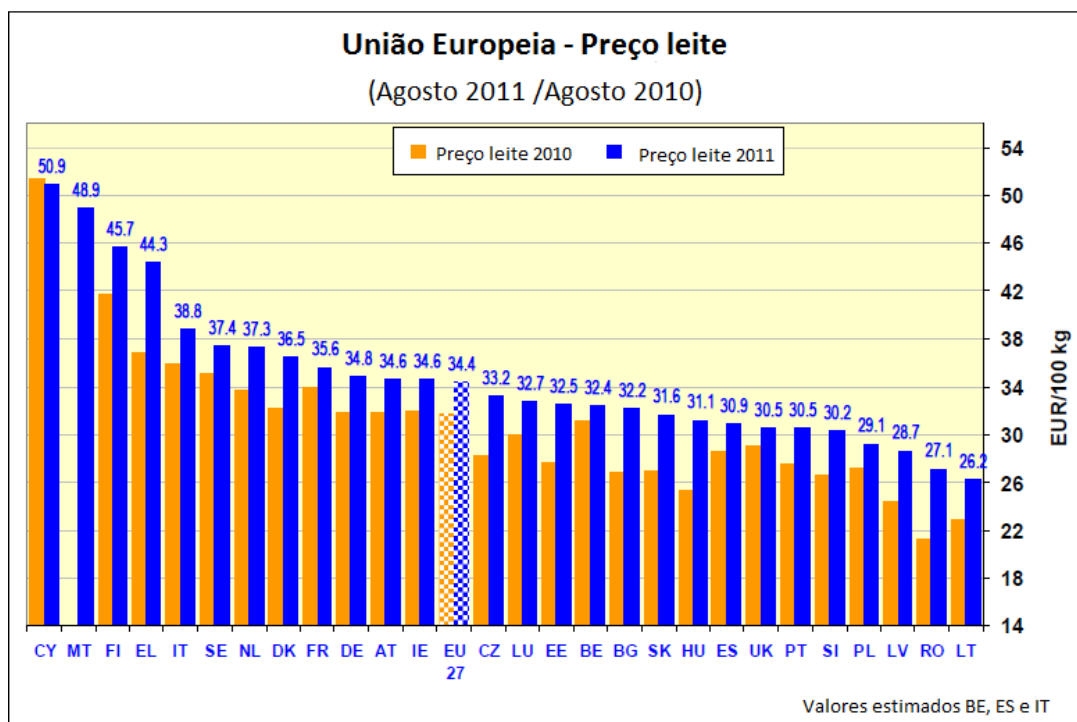


Gráfico 4: Preço leite na União Europeia

Fonte: Eurolait: European Association of Dairy Trade

1.2.3) Setor leiteiro e a economia Portuguesa

Para que possamos compreender qual a importância do setor leiteiro na economia portuguesa, temos de recorrer à análise de indicadores económicos. Primeiramente iremos analisar o impacto da agricultura, silvicultura e pescas no Produto Interno Bruto (PIB). Podemos definir PIB como o “*indicador económico que corresponde ao valor monetário total dos bens e serviços finais produzidos num país num determinado período de tempo, representando assim as variações de preço e de quantidade de produção*” Marrafa et al (2009).

De seguida, apresentamos no quadro 3 o valor do PIB a preços de mercado na ótica da produção, assim como o Valor Acrescentado Bruto (VAB) por ramos de atividade, verificando que desde o primeiro trimestre de 2010 até ao terceiro trimestre de 2011 o contributo da agricultura, silvicultura e pesca para o PIB tem vindo a aumentar embora moderadamente. O método utilizado para calcular o PIB foi a soma dos VAB de cada produto, ou seja, é igual aos lucros subtraindo o custo da matéria-prima.

PIB a preços de mercado na ótica da produção - VAB por ramo de atividade, A8 - Dados Encadeados em Volume

	Valores Trimestrais								Unid:10 ⁶ Euros
	3ºTrm.11	2ºTrm.11	1ºTrm.11	4ºTrm.10	3ºTrm.10	2ºTrm.10	1ºTrm.10	4ºTrm.09	
Agricultura, silvicultura e pesca	895,1	893,5	890,3	885,1	881,7	879,6	878,7	879,3	
Indústria	4 833,6	4 879,4	4 921,1	4 784,0	4 822,6	4 801,1	4 808,0	4 716,2	
Energia, água e saneamento	1 148,1	1 144,9	1 155,0	1 152,7	1 164,3	1 153,6	1 158,2	1 123,6	
Construção	1 859,8	1 921,4	2 038,7	1 987,2	2 104,0	2 122,4	2 098,8	2 066,0	
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	6 588,2	6 631,2	6 541,1	6 642,8	6 630,8	6 626,8	6 595,6	6 532,3	
Transportes e armazenagem; atividades de informação e com	3 190,9	3 191,2	3 201,8	3 204,3	3 213,5	3 211,2	3 217,9	3 195,8	
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	5 764,1	5 741,5	5 799,5	5 778,1	5 813,2	5 769,7	5 742,4	5 720,6	
Outras atividades de serviços	10 640,0	10 658,4	10 740,6	10 800,9	10 819,4	10 819,9	10 826,1	10 796,5	
VAB a preços de base (1)	34 919,8	35 061,5	35 288,1	35 235,1	35 449,5	35 384,3	35 325,7	35 030,3	
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	4 953,5	4 934,4	4 984,2	5 137,0	5 201,6	5 206,8	5 108,5	5 087,2	

Quadro 3: Produto Interno Bruto a preços de mercado

Fonte: INE (2011, p29)

O quadro 4 representa a evolução do PIB desde 2007. Tem-se registado uma tendência decrescente à exceção do ano de 2010. As projeções do Banco de Portugal (2012, p33) para 2012 apontam para uma evolução negativa situada nos 3,4 %.

	2011	2010	2009	2008	2007
Portugal	-1,6	1,43	-2,9	0,03	2,35
Zona Euro	1,5	1,85	-4,25	0,25	2,95

Quadro 4: Evolução PIB

Fonte: adaptado Banco de Portugal (2011)

Se analisarmos a indústria dos laticínios e o volume de negócios a nível nacional (Gráfico 5), verificamos que estamos perante uma indústria altamente concentrada, sendo as cinco empresas com maior quota de mercado, responsáveis por mais de 70% do volume de negócios.

A indústria dos laticínios representa 11% do setor agroalimentar, tendo um peso significativo na economia portuguesa.

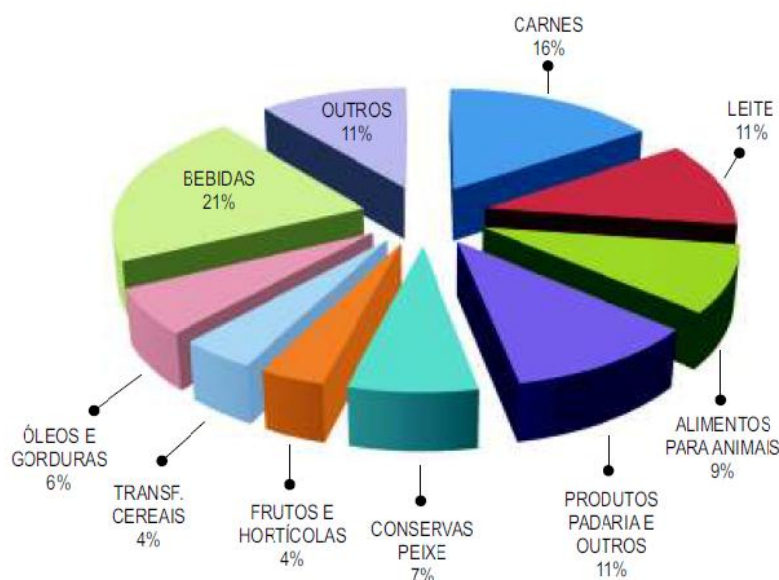


Gráfico 5: Volume de negócios da Indústria Agro- Alimentar
Fonte: IACA- Anuário 2011

1.2.4) Setor leiteiro e a Europa

O setor leiteiro europeu é vital para a sustentabilidade da Europa, abrangendo um vasto número de áreas de negócio. Este setor contempla toda a vertente de produção agrícola bem como de transformação e distribuição.

A produção de leite tem registado um decréscimo desde 2006, com exceção de 2008 devido à escalada do preço. No quadro 5 podemos analisar as oscilações a nível da produção portuguesa bem como da Europa dos 27. A produção europeia tem registado oscilações pouco significativas desde 2006, verificando-se um aumento de 1,61% em 2010, tendência que se veio a verificar em 2011.

Evolução da Produção de Leite (ton*1000)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011(Out.)
Portugal	1.911	1.851	1.836	1.890	1.869	1.824	1.548
UE - 27	133.271	133.075	133.309	134.318	133.480	135.632	117.143
Evolução Portugal	1,92%	-3,14%	-0,81%	2,94%	-1,11%	-2,41%	0,28%
Evolução UE - 27	2,14%	-0,15%	0,18%	0,76%	-0,62%	1,61%	2,59%
% Portugal vs UE - 27	1,43%	1,39%	1,38%	1,41%	1,40%	1,34%	1,32%

Quadro 5: Evolução da produção leite

Fonte: 1: Eurostat (adaptado)

Para uma melhor perceção apresentamos no gráfico 6 a produção de leite na Europa dos 27, verificando que nos dez primeiros meses de 2011 esta tem sido superior à dos anos anteriores.

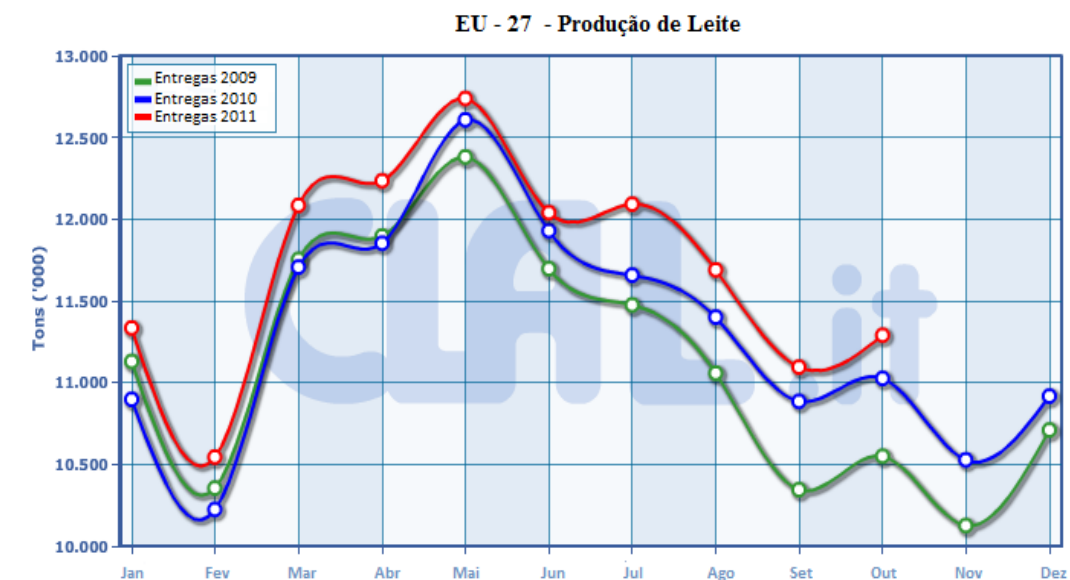


Gráfico 6: Produção leite EU - 27

Fonte: CLAL (2012)

Urge, analisarmos qual a importância do setor leiteiro português no mercado Europeu. Este setor espelha as assimetrias existentes entre os estados membros, refletidas também a nível económico, dimensão geográfica, demográfica entre outras. Para maior perceção, apresentamos no gráfico 7 a produção de leite na UE dos 27. Assim, pela análise do referido gráfico verificamos que 38,82% da produção está concentrada em dois países, ou seja, na Alemanha com 21,02% e na França com 17,80%; sendo apenas cinco países responsáveis por 64,74% da produção.

Portugal surge no décimo quinto lugar, responsável por 1,32% da produção da UE, na cauda dos países com contributo superior a 1%. O somatório das produções de leite dos doze países que se encontram na cauda, com produções inferiores a 1%, representa 5,53% da produção da UE, sendo este valor, inferior às produções individuais de países como a Polónia, Itália, Holanda, Reino Unido, França e Alemanha. Estes seis países, geraram 71,42% do leite produzido na União Europeia, o que para os dez primeiros meses de 2011 se traduz em 83.668.000 litros produzidos.

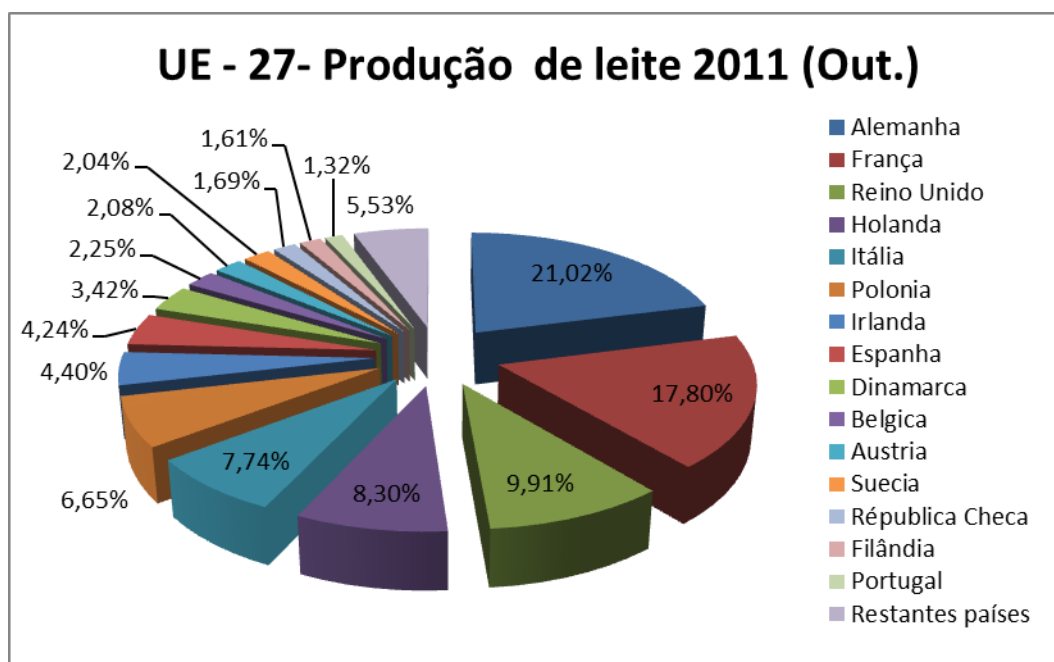


Gráfico 7: Distribuição da produção de leite na UE - 27
Fonte: adaptado Eurostat (2012)

1.2.5) Setor leiteiro e a economia mundial

Ao falarmos de setor leiteiro a nível mundial, deparamo-nos com a UE como sendo a maior potência, seguida dos Estados Unidos, Nova Zelândia, Ucrânia, Argentina e Austrália. Como podemos constatar através do quadro 6 que o mercado do setor leiteiro mundial assenta em duas vertentes, a exportação e a importação. Verificamos que para o período em análise o maior exportador de leite foi a UE na ordem das 116.743 mil toneladas, seguido pelo EUA com volume de exportação de leite de 81.454 mil toneladas. Ambos registaram um aumento do volume de exportações de 2,34% e 1,64% respetivamente. Todos os países exportadores de leite registaram um aumento do volume de exportação com exceção da Ucrânia que registou um decréscimo de 1,83%. O Uruguai apesar de ser o país com menor volume de exportação foi o que mais cresceu ao nível do volume de exportação na ordem dos 19,50%. O país que regista maior volume de importação de leite é a Rússia, seguindo-se o Brasil e o Japão.

País	Periodo	Volumes		Variação (período homologado ano anterior)
Países Exportadores				
Argentina	Jan-Out 2011	8.702	*	+ 13,06%
Austrália	Jan-Out 2011	7.348	*	+ 1,77%
Chile	Jan-Nov 2011	1.881	*	+ 5,68%
Nova Zelândia	Jan-Out 2011	13.838	**	+ 11,16%
Ucrânia	Jan-Nov 2011	10.397	**	- 1,83%
UE-27	Jan-Out 2011	116.743	**	+ 2,34%
EUA	Jan-Nov 2011	81.454	**	+ 1,64%
Uruguai	Jan-Nov 2011	1.680	*	+ 19,50%
Países Importadores				
Brasil	Jan-Set 2011	15.788	*	+ 3,15%
Japão	Jan-Out 2011	6.238	**	- 3,86%
Rússia	Jan-Out 2011	27.445	**	- 1,21%
* milhões litros				
** mil toneladas				

Quadro 6: Volume de entregas de leite
Fonte: adaptado CLAL (2012)

2) REVISÃO NORMATIVA

Neste capítulo iremos proceder ao enquadramento normativo do setor leiteiro em termos contabilísticos. Fazendo uma breve abordagem ao normativo que antecedeu o Sistema de Normalização Contabilística, cuja maior alteração para as explorações agrícolas está no método de mensuração adotado, ou seja, na adoção do justo valor em detrimento do custo histórico. Verificamos a existência pela primeira vez, de uma norma específica para um setor tão vasto e complexo como é o setor agrícola.

2.1) Evolução do Sistema Contabilístico Português

Para melhor compreendermos a adoção das atuais políticas contabilísticas é importante analisarmos o aparecimento e evolução normativa aplicada ao setor agrícola em Portugal.

Foi durante o primeiro governo provisório após a revolução de 25 de abril de 1974, que surgiu a necessidade de criação de um organismo, denominado de Comissão de Normalização Contabilística (CNC), com o intuito de desenvolver um plano de contas normalizado. Em 1975, “o secretário de estado do orçamento profere em 27 de fevereiro um despacho confirmando a criação dessa comissão”(CNC, 28.01.2012).

Em 1977, através do Decreto-Lei 47/77 de 27 de fevereiro é aprovado e colocado em vigor o Plano Oficial de contabilidade (POC). Este plano foi fortemente influenciado pela normalização contabilística Francesa.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 veio trazer alterações e ajustamentos a todos os níveis e a contabilidade não foi exceção. Deste modo, o POC teve de ser ajustado às diretivas Europeias nomeadamente em 1989 houve a adoção da 4ª diretiva e em 1991 da 7ª diretiva. A CNC foi desenvolvendo o seu trabalho com o intuito do normativo Português cumprir o estipulado pela UE e ir ao encontro do normativo internacional. Desta forma, em 2004, através da publicação do Decreto-Lei 88/2004 de 20 de abril passou a ser possível a valorimetria de instrumentos financeiros ao justo valor.

Em 2005, é publicado o Decreto-Lei 35/2005 de 17 de fevereiro que transpõe para a ordem interna jurídica a Diretiva 2003/51/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2003. Esta diretiva do Parlamento Europeu vem na sequência do regulamento CE 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002. Este regulamento *“introduziu o requisito de que, a partir de 2005, todas as sociedades cotadas elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com as NIC adotadas para efeitos de aplicação na Comunidade. O regulamento concede também aos Estados-Membros a faculdade de permitirem ou exigirem às mesmas sociedades a aplicação das NIC para efeitos de elaboração das contas anuais e de*

permitirem ou exigirem a aplicação das NIC pelas sociedades não cotadas” Jornal Oficial da União Europeia (2003, pL178/16).

A 19 de outubro de 2006 a CNC publicou a proposta do novo sistema de normalização contabilística que visava substituir o POC. Entre muitas considerações esta proposta contemplava um quadro exemplificativo da correspondência das Normas Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) com a respetiva Norma Internacional de Contabilidade (NIC). As NIC são normas do International Accounting Standards Board (IASB), e no que diz respeito à mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas aplica-se a NIC 41 em vigor a partir de 1 de janeiro de 2003. Esta norma estipulava que a mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas no momento da colheita fosse efetuada ao justo valor.

A 13 de julho de 2009 o Decreto-Lei 158/2009 aprova o SNC que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010 para as entidades cujo ano contabilístico coincidissem com o civil, substituindo deste modo o POC. O SNC contém uma norma específica para a agricultura (NCRF 17), baseada na NIC 41, com mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas no momento da colheita ao justo valor.

2.2) Normativo aplicado ao setor leiteiro

Ao setor leiteiro, aplica-se atualmente a NCRF 17 - Agricultura, a qual veio suprir a lacuna existente no anterior normativo para a contabilização desta atividade. É essencial distinguir se estamos perante entidades com valores admitidos à negociação, às quais se aplica a NIC (41, ou entidades sem valores admitidos á negociação aplicando-se a NCRF 17.

Como as entidades portuguesas do setor leiteiro são pequenas entidades sem valores admitidos à negociação, iremos incidir o nosso estudo sobre a NCRF 17. Esta norma foi publicada através do Aviso 15655/2009 de 7 de setembro de 2009. A NCRF 17 tem como objetivo o *“prescrever o tratamento contabilístico, a apresentação de demonstrações financeiras e as divulgações relativas à atividade agrícola”*. A norma está dividida em cinquenta e um parágrafos, adstritos a vários tópicos, estabelecendo os objetivos, âmbito, definições, reconhecimento, mensuração, subsídios do governo, divulgações e data de eficácia. Deste modo, todas as entidades pertencentes a este setor de atividade passaram a reger-se por critérios de contabilização similares tornando a comparação e a análise por parte dos stakeholders mais eficaz e eficiente.

Importa salientar as especificidades do âmbito da NCRF 17 no que se refere ao produto agrícola, ou seja, *“esta norma é aplicada ao produto agrícola, que é o produto colhido dos ativos biológicos da entidade, somente no momento da colheita”* (NCRF 17, §4). Assim, verificamos que as atividades de processamento do produto agrícola não se regem pela NCRF 17, mas sim pela NCRF 18 – Inventários.

2.3) Mensuração de ativos biológicos em Portugal

Para melhor contextualização do que pretendemos mensurar importa ter presente a definição de Ativo Biológico patente na NCRF 17. A referida norma define, no seu § seis ativo biológico como sendo um animal ou planta vivos, estabelecendo também que a valorização dos ativos biológicos tem de ser feita ao justo valor (NCRF 17, §13). Para determinarmos o justo valor temos de recorrer aos preços de mercado. Em Portugal o Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) é o responsável pela publicação dos preços de mercado sendo um organismo que faz parte do ministério da agricultura. De acordo com a informação prestada no seu site oficial, o SIMA visa prestar um serviço público de regulação, quer para os decisores políticos quer para o mercado e seus agentes. Através da publicação semanal de uma newsletter, mantém os agentes económicos informados sobre a variação dos preços de mercado. Também procede à emissão de uma tabela semanal para os preços do mercado de produção de bovinos.

No anexo1, apresentamos a tabela de cotação de bovinos referente à semana de 23 a 29 de janeiro de 2012. Esta tabela descreve o produto, a região, o mercado e o preço mínimo, máximo e mais frequente praticado por semana. A diferenciação dos produtos é feita por idade, sexo, raça e contempla o preço por quilo para peso vivo e carcaça, existindo também a cotação por animal à unidade. A diferenciação das vacas é feita em três grupos, as de abate, as de refugo e as reprodutoras. Sendo as duas primeiras cotadas em quilos e a restante à unidade. As raças bovinas latentes na tabela são a Turina, Arouquesa, Galega, Mirandesa, Barrosã e cruzado de Charolês.

3) REVISÃO LITERATURA

Para melhor compreendermos que rumo seguir, é indispensável explorar a literatura existente. De facto, deparamo-nos com uma lista bibliográfica extensa no que se refere ao impacto de alterações de normativo. A standardização das normas internacionais de contabilidade implicou muitas alterações aos normativos nacionais. A mudança pode constituir por vezes um fator de relutância mas contribui e muito para a reflexão e análise de onde vimos e para onde vamos.

Neste sentido, Barlev e Haddad (2003) analisaram o impacto da contabilização ao justo valor na gestão de empresas. Para o efeito, procederam a uma comparação entre a valorização ao custo histórico face ao justo valor e a implicação de ambos os métodos para a gestão das empresas. Concluíram que com a contabilização ao justo valor, a informação financeira sincroniza-se com o mercado espelhando os retornos com maior fiabilidade. Assim, existe uma redução dos custos de agência, tornando a gestão mais eficiente produzindo informação mais relevante, clara e transparente, satisfazendo desta forma as necessidades de informação. Contrariamente Aryanto (2011) referiu que o impacto da adoção da IAS 41 não é tão positivo como o espectável, existindo uma grande volatilidade dos retornos do investimento, influenciando deste modo a tomada de decisões distorcendo a comparabilidade financeira das empresas. Esta opinião é reforçada por Zéghal *et al.* (2011) que elaboraram um estudo sobre o impacto da adoção das IAS/IFRS nas empresas Francesas, focalizam aspetos essenciais do governo das sociedades. Concluindo que a implementação das IAS/IFRS em França implicou a redução do nível de ganhos gerados pelas empresas com boa governança corporativa; bem como, das empresas que dependem dos mercados financeiros externos. No mesmo sentido, Elad e Herbohn (2011) elaboraram um estudo sobre a aplicação do justo valor no setor agrícola por imposição da IAS 41 utilizando como amostra relatórios anuais de pequenas médias e grandes entidades do setor agrícola sedeadas no Reino Unido, França e Austrália. Verificaram a existência de diversidade de métodos de contabilização dos ativos biológicos nos três países, o que conduz à falta de comparabilidade das demonstrações financeiras sendo a divulgação das mesmas também díspar. As entidades alvo dos relatórios argumentam que os custos de proceder à mensuração e contabilização ao justo valor, são superiores aos benefícios, sendo o impacto da aplicação da norma muito reduzido. Assim, os autores argumentam a necessidade do IASB proceder à revisão da IAS 41.

Tarca (2005) analisou as diferenças entre o normativo IAS/IFRS e o US GAAP, focalizando o impacto da harmonização contabilística internacional nos resultados das empresas. O autor

pretendeu evidenciar o nível de opções existente no normativo contabilístico nacional dos países objeto de estudo, bem como nas normas IAS/IFRS, que não são contempladas no normativo do US GAAP. A amostra consistiu nas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 1999 e 2000 de empresas sedeadas na França, Alemanha, Reino Unido, Austrália e Japão. Através da realização de inquéritos e do tratamento da informação pretendeu aferir quais as políticas de contabilização que estavam a ser utilizadas em cada um dos países. O estudo focalizou-se nas diferenças do normativo IAS/IFRS relativamente ao US GAAP em quatro áreas que usam a valorização ao justo valor na mensuração dos ativos tangíveis e intangíveis, nos bens detidos para venda e no tratamento das despesas com pesquisas de investigação e desenvolvimento. Os resultados obtidos na França, Alemanha e Japão através da utilização dos respetivos normativos nacionais são consistentes com a legislação US GAAP, exceto no que se refere aos ativos para venda valorizados ao preço de mercado. As políticas utilizadas no Reino Unido e na Austrália não são consistentes com o US GAAP. Em suma, o autor refere que para se atingir uma normalização contabilística ainda existem muitos aspetos a desenvolver, sendo que, a permissão do uso de opções deveria ser ajustada no sentido de as suavizar tornando-as mais uniformes. Neste sentido, Fisher *et al.* (2010) elaboraram um estudo sobre o impacto da adoção da IAS 41 na Nova Zelândia, concluindo que a flexibilidade do normativo permite valorizações ao custo histórico, originando discrepância nos resultados. Focalizando-se em três preocupações fulcrais para os preparadores da informação financeira, tais como a inexistência de mercado para alguns ativos biológicos, falta de ajustamento e de linhas de orientação na transição do antigo normativo para o novo normativo (NZ IAS 41) e a fiabilidade dos resultados obtidos.

Capkun *et al.* (2012) realizaram um estudo com o intuito de analisar se a adoção das IAS/IFRS tiveram impacto nos resultados das empresas. Para o efeito, elaboraram uma análise bibliográfica obtendo resultados inconclusivos. Barth *et al.* (2008) mostram que a adoção voluntária das normas internacionais antes de 2005 acarretou uma perda de resultados, porquanto Christensen *et al.* (2008) e Ahmed *et al.* (2010) mostraram o contrário, que a adoção voluntária trouxe um ganho nos resultados. Neste sentido, Capkun *et al.* (2012) pretendem aferir se os resultados das empresas aumentaram após 2005. Para tal, testaram a volatilidade dos resultados, dos cash-flows e procederam à correlação destes com os acréscimos residuais, analisando também a probabilidade de obtenção de pequenos ganhos ou grandes perdas. A amostra centrou-se em empresas pertencentes à União Europeia e os seus resultados nas diferentes fases da implementação das IAS/IFRS. Os resultados obtidos mostram que as empresas que adotaram as normas livremente antes de 2005, registaram uma perda de resultados. Por contrapartida, verificaram que estas empresas, registaram um aumento dos resultados após 2005 face ao período anterior relativamente às empresas que, condicionadas pela legislação do respetivo país, só adotaram as normas após 2005. Em suma, os autores

concluem que a livre implementação das IAS/IFRS tem contribuído para ganhos de resultado face à implementação forçada das normas. Também Paananen e Lin (2009) corroboram esta conclusão no estudo de caso baseado em demonstrações financeiras de empresas Alemãs. Ao compararem a qualidade da informação financeira antes e após a adoção obrigatória das IAS/IFRS concluem que houve um decréscimo de qualidade da informação financeira obtida. Contrariamente aos objetivos traçados pela União Europeia, a adoção das IAS/IFRS torna a decisão dos investidores mais difícil.

Cheung *et al.* (2008) realizaram um estudo sobre o impacto da adoção da IAS 38 (ativos intangíveis) na Austrália. Para tal, compararam a informação financeira antes e após a adoção das normas internacionais de 1730 empresas australianas cotadas na ASX. Recorreram às demonstrações financeiras referentes a 2004/5 procedendo ao cálculo dos ativos intangíveis e dos indicadores financeiros reportando-os para o ano em causa, projetando o impacto para o ano de 2005/6. Os indicadores financeiros medidos foram a rentabilidade do capital, rentabilidade dos ativos e rácio de endividamento, analisando assim indicadores de performance e de risco para os investidores. Os resultados atingidos levaram os autores a concluir que a adoção da norma terá um grande impacto nos ativos intangíveis e nos rácios de endividamento, sendo pouco significativo a nível dos rácios de rentabilidade. Mas aquando da análise das contas reais referentes a 2005/6, verificaram que o impacto nos ativos intangíveis foi pouco significativo uma vez que as empresas não procederam ao reconhecimento destes ativos de acordo com a norma. Deste modo evidencia-se que os resultados financeiros obtidos através da aplicação da norma traduzem uma informação com pouca qualidade e insuficiente. Por outro lado, Fiechter (2011) analisou os efeitos da aplicação do justo valor (IAS 39) na volatilidade dos ganhos dos bancos. Para tal, realizou um estudo empírico tendo como amostra 222 bancos de 41 países, tendo concluído que os bancos que utilizam o justo valor apresentam uma menor volatilidade de resultados, sendo a flexibilidade na norma a principal responsável por este facto. Deste modo, verificou que os bancos sediados em países com forte regulação contabilística são mais propensos a utilizar o justo valor.

Argilés *et al.* (2010) realizaram um estudo cujo objetivo era analisar o impacto da valorização dos ativos biológicos ao justo valor nos cash-flows futuros. Para tal, utilizaram demonstrações financeiras de várias explorações agrícolas espanholas e elaboraram um estudo empírico valorizando os ativos biológicos ao custo histórico e ao justo valor. Os resultados obtidos evidenciam também a existência de lacunas na contabilização de ativos biológicos ao custo histórico. Concluíram que não existem diferenças significativas nos cash-flows futuros obtidos pelos dois métodos. No entanto, verificaram a probabilidade de existirem melhores retornos futuros aquando da valorização dos ativos biológicos ao justo valor. Esta opinião é reforçada por Azevedo (2005) e Fernandes (2009), que ao elaborarem estudos sobre o impacto da IAS 41

no normativo contabilístico português – setor vitivinícola aferindo se a mensuração pelo justo valor corresponde eficazmente às especificidades da agricultura, em detrimento do custo histórico respetivamente. Os dois autores concluíram que as diferenças resultantes das alterações no justo valor eram positivas, provocando um aumento nos resultados das empresas e que o modelo do justo valor preconizado na IAS 41 e na NCRF 17 é mais adequado do que o modelo do custo. Neste sentido, Medeiros (2009), procedeu à análise do impacto da aplicação da NCF 17 face ao anterior normativo português (POC). Para tal, utilizou as demonstrações financeiras de uma exploração agrícola portuguesa elaboradas pelo POC e procedeu à reformulação das mesmas aplicando a NCRF 17. Concluiu que a utilização da NCRF 17 terá consequências significativas na análise das demonstrações financeiras das explorações agrícolas, devido ao aumento dos valores do ativo, por contrapartida do aumento dos capitais próprios.

4) ESTUDO DE CASO

Após termos exposto o enquadramento do setor leiteiro, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17 e realizado a revisão da literatura, teremos de elaborar a melhor forma para alcançar as soluções das questões subjacentes ao presente estudo. Iremos definir a metodologia, os objetivos, a recolha e tratamento de dados, a amostra e procederemos à elaboração do estudo de caso.

4.1) Metodologia

A metodologia é definida por Barros (1986) como sendo o estudo da melhor maneira de abordar determinados problemas no estado atual dos nossos conhecimentos. Sousa (1998) define metodologia como sendo a arte de dirigir o espírito na investigação.

Para melhor compreendermos a realidade portuguesa relativamente à aplicação do justo valor no setor leiteiro procedemos à realização de um estudo de caso múltiplo.

Sousa (2011) refere que a característica que melhor identifica e distingue esta abordagem metodológica é o facto de se tratar de um plano de investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida: o “caso”. Neste sentido, Ryan (2004) enuncia que a elaboração de um estudo de caso é do tipo exploratória no sentido em que a investigação desenvolvida implica que os resultados sejam prova empírica das hipóteses levantadas.

Para Yin (2003) o estudo de caso não implica nenhuma forma particular de recolha de dados, podendo estes ser quantitativos ou qualitativos, sendo necessário o uso de múltiplas fontes de evidência, permitindo recolher informação sobre os factos ou obter informação de diferentes proveniências sobre o mesmo facto.

Na investigação, iremos obter informação de proveniência diferente sobre o mesmo facto, com a qual serão efetuadas simulações, de modo a obtermos a evidência das alterações ocorridas no facto. Sendo a abordagem deste estudo quantitativa, iremos transformar as diferentes valorizações obtidas em resultado líquido de determinadas empresas e procederemos á análise dos resultados obtidos procedendo à obtenção de conclusões e ilações.

4.2) Objetivos e Questões de Pesquisa

Para a realização do estudo, partimos de um objetivo genérico, o qual se traduz na seguinte questão: O valor contabilístico das explorações leiteiras é influenciado pela mensuração ao justo valor?

A NCRF 17 obriga à mensuração dos ativos biológicos ao justo valor. Sendo este obtido através do preço de mercado ou caso não exista mercado para o tipo de ativo em causa, deverá proceder-se à valorização através dos benefícios económicos futuros esperados. O preço de mercado dos ativos biológicos é obtido através do SIMA que emite informação periódica e através dos comerciantes de animais.

O objetivo do nosso estudo é obter respostas para inúmeras questões, nomeadamente:

- a) Será que dois anos após a implementação da contabilização pelo justo valor as explorações leiteiras portuguesas valorizam de igual modo o seu efetivo leiteiro?
- b) Quais os critérios que utilizam na contabilização dos ativos biológicos?
- c) Estarão os valores emitidos pelo Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas (SIMA) a ser utilizados?
- d) Os valores facultados pelo SIMA abrangem todos os animais de uma exploração ou poderão existir raças ou faixas etárias não contempladas?
- e) Que implicação tem a valorização dos animais para a variação do resultado líquido das explorações leiteiras?
- f) Será que após a aplicação do justo valor, a informação financeira das explorações é comparável?
- g) Será que a informação financeira obtida com a aplicação do justo valor nos ativos biológicos reflete o valor de mercado da empresa?
- h) Poderá a variação de algumas características dos animais traduzir-se em diferentes valorizações? Ou os animais estão a ser valorizados homogeneamente independentemente de possíveis assimetrias genéticas ou morfológicas que apresentem?
- i) Como contabilizar os ativos biológicos individualmente pelo seu justo valor mas utilizando um modelo uniforme para todas as explorações?

Estas questões servem de mote para prosseguirmos com o trabalho de investigação.

4.3) Recolha e tratamento de dados

Para compreendermos como é que a valorização dos ativos biológicos está a ser feita, foi necessário contactar Técnicos de Oficiais de Contas (TOC) de explorações leiteiras. Deste modo conseguimos obter informação e opiniões que nos permitiram elaborar o presente estudo.

Procedemos à realização de entrevistas telefónicas semiestruturadas (anexo 2) efetuadas durante o mês de fevereiro de 2012. Os TOC's entrevistados teriam de exercer a sua atividade em explorações leiteiras. As questões centrais da entrevista valorizavam a contabilização do efetivo leiteiro nomeadamente divisão por grupo e respetiva valorização.

As explorações leiteiras portuguesas têm a sua implantação por todo o país existindo algumas assimetrias, ao nível da dimensão, no sul temos grandes explorações mas o norte e centro registam uma maior densidade. Dada a impossibilidade de termos acesso a todas as explorações leiteiras, precedemos a realização de um estudo de caso múltiplo de 4 explorações, duas que apresentavam resultado positivo e outras duas com resultado negativo a 31 de dezembro de 2011.

Para simular os diferentes dados obtidos, utilizamos o Excel procedendo ao cálculo de valor dos ativos biológicos. Fomos simulando nas demonstrações financeiras as diferentes valorizações dos ativos biológicos por contrapartida das variações do justo valor, afim de solucionarmos as questões anteriormente colocadas.

4.4) Amostra

Dado que a região centro de Portugal tem uma grande densidade de explorações, elegemo-la como região de estudo. Os técnicos de contas entrevistados pertencem a esta região bem como as quatro explorações alvo da simulação.

O facto de o SIMA emitir valorizações por região, condicionou a opção pela região centro, evitando deste modo que as assimetrias por região pudessem condicionar as conclusões. Assim todas as valorizações obtidas através das entrevistas são comparáveis com a valorização do SIMA.

Com resultado das entrevistas elaboradas, temos sete valorizações distintas dos animais, acrescidas da valorização referente ao SIMA (obtida através da listagem contida no anexo 1). Analisando a informação recolhida nas entrevistas, quadro 7, verificamos que apesar de todos os técnicos de contas estarem a utilizar o valor de mercado, obtido junto dos negociantes de animais e do SIMA, constatamos a existência de uma grande disparidade de valorizações do efetivo. Sendo que apenas conseguimos fazer um comparação direta entre as classificações 1 e 7, uma vez que procedem á mesma divisão por grupos, embora tenham valores muito dispares. Por exemplo, os animais nos primeiros meses de vida valem o dobro na classificação 7 face aos valores da classificação 1, no caso de uma novilha dos 19 aos 24 meses vale 1.200€ na classificação 1 e na classificação 7 vale 600€. As classificações 2,3 e 4 apenas apresentam quatro divisões etárias, tornando-se a amplitude de cada escalão muito abrangente. Pegando no exemplo da classificação 2, se tivermos uma vitela com um mês de idade vale 300€, mas se

tiver um ano continua a ter o mesmo valor. Efetivamente a classificação dos animais é crucial para as explorações leiteiras e pode dar origem a grandes discrepâncias e imprecisões. Ao analisar a classificação nº8 SIMA, verificamos que esta não contempla valorização para todos os grupos de animais nomeadamente, não dispõe de valor para os animais com idade compreendida entre os seis e oito meses e entre os 12 meses até às vacas reprodutoras. No que se refere à valorização das vacas, este apenas tem valor para vacas reprodutoras não diferenciando a lactação.

Ativos biológicos - classificação

Classificação nº1

Vitelas até 1 meses	50,00 €
Vitelas com 2 a 6 meses	200,00 €
Vitelas com 7 a 12 meses	400,00 €
Novilhas de 13 meses a 18 meses	900,00 €
Novilhas de 19 meses a 24 meses	1.200,00 €
Vacas na 1ª Lactação (25m-36m)	1.200,00 €
Vacas na 2ª Lactação (37m-48m)	1.200,00 €
Vacas na 3ª Lactação (49m-60m)	1.000,00 €
Vacas na 4ª Lactação (61m-72m)	900,00 €
Vacas na 5ª Lactação (73m-84m)	600,00 €
Restantes Lactação (> 85)	600,00 €

Classificação nº2

Vitelas até 1 ano	300,00 €
Vitelos até 1 ano	250,00 €
Novilhas	600,00 €
Vacas	800,00 €

Classificação nº3

Vitelas/os até 6 meses	125,00 €
Vitelas/os dos 6 aos 12 meses	400,00 €
Novilhas / vacas dos 12 aos 24 meses	1.000,00 €
Novilhas / vacas mais 24 meses	1.250,00 €

Classificação nº4

Vitelas/os até 3 meses	100,00 €
Vitelas/os dos 3 aos 12 meses	400,00 €
Vitelas dos 12 a novilhas	1.000,00 €
Vacas	1.250,00 €

Classificação nº5

Vitelas/os até 6 meses	100,00 €
Vitelas/os dos 6 aos 12 meses	250,00 €

Vitelas dos 12 aos 18 meses	350,00 €
Vitelas dos 18 aos 24 meses	600,00 €
Novilhas mais 24 meses	700,00 €
Vacas	700,00 €
Vacas superior a 84 meses	600,00 €

Classificação nº6

Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	50,00 €
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	150,00 €
Vitela*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	157,50 €
Novilha*8 a 12 meses*Turina*EUR/Unidade	350,00 €
Vaca*Reprodutora*Turina*EUR/Unidade	665,00 €

Classificação nº7

Vitelas ate 1 meses	100,00 €
Vitelas com 2 a 6 meses	100,00 €
Vitelas com 7 a 12 meses	250,00 €
Novilhasde 13 meses a 18 meses	350,00 €
Novilhasde 19 meses a 24 meses	600,00 €
Vacas na 1ª Lactação (25m-36m)	750,00 €
Vacas na 2ª Lactação (37m-48m)	750,00 €
Vacas na 3ª Lactação (49m-60m)	700,00 €
Vacas na 4ª Lactação (61m-72m)	600,00 €
Vacas na 5ª Lactação (73m-84m)	500,00 €
Restantes Lactação (> 85)	350,00 €

Classificação nº8 - SIMA

Vitela recém nascida	150,00 €
Vitela até 3 meses	180,00 €
Vitela dos 3 meses aos 6 meses	325,00 €
Vitelas/os dos 8 aos 12 meses	460,00 €
Vacas reprodutora	800,00 €

Quadro 7: Valorização ativos biológicos por categoria
Fonte: Próprio

Os dados apresentados no quadro anterior serão simulados na Demonstração de Resultados e Balanço das quatro explorações leiteiras (anexo 3).

4.5) Resultados

Para uma melhor percepção das diferenças existentes, procedemos a uma simulação (quadro 8) de diferentes formas de valorização dos animais de forma consistente nas 4 explorações leiteiras. Verificamos que nas quatro empresas a tendência da variação do valor dos ativos

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

biológicos é similar podemos observar nas quatro sociedades que as valorizações número 3 e 4, geram um aumento do valor total dos animais face à inicial (n.º 1), porquanto as restantes classificações originam uma diminuição. Verifica-se pois, uma consistência na tendência da variação das amostras nas quatros sociedades.

.

Ativos Biológicos - valorização

Sociedade A, Lda

Nº de animais por idades:	Stock	01	02	03	04	05	06	07	08
A - Vitelos ate 1 meses	21	1.050,00 €	6.300,00 €	2.625,00 €	2.100,00 €	2.100,00 €	3.150,00 €	2.100,00 €	3.150,00 €
B - Vitelas com 2 a 6 meses	22	4.400,00 €	6.600,00 €	2.750,00 €	2.200,00 €	2.200,00 €	3.465,00 €	2.200,00 €	7.150,00 €
C - Vitelas com 7 a 12 meses	3	1.200,00 €	900,00 €	1.200,00 €	1.200,00 €	750,00 €	1.050,00 €	750,00 €	1.380,00 €
D - Novilhasde 13 meses a 18 meses	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
E - Novilhasde 19 meses a 24 meses	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
F - Vacas na 1ª Lactação (25m-36m)	43	51.600,00 €	34.400,00 €	53.750,00 €	53.750,00 €	30.100,00 €	28.595,00 €	32.250,00 €	34.400,00 €
G - Vacas na 2ª Lactação (37m-48m)	46	55.200,00 €	36.800,00 €	57.500,00 €	57.500,00 €	32.200,00 €	30.590,00 €	34.500,00 €	36.800,00 €
H - Vacas na 3ª Lactação (49m-60m)	41	41.000,00 €	32.800,00 €	51.250,00 €	51.250,00 €	28.700,00 €	27.265,00 €	28.700,00 €	32.800,00 €
I - Vacas na 4ª Lactação (61m-72m)	21	18.900,00 €	16.800,00 €	26.250,00 €	26.250,00 €	14.700,00 €	13.965,00 €	12.600,00 €	16.800,00 €
J - Vacas na 5ª Lactação (73m-84m)	19	11.400,00 €	15.200,00 €	23.750,00 €	23.750,00 €	13.300,00 €	12.635,00 €	9.500,00 €	15.200,00 €
K - Restantes Lactação (> 85)	16	9.600,00 €	12.800,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	9.600,00 €	10.640,00 €	5.600,00 €	12.800,00 €
Total	232	194.350,00 €	162.600,00 €	239.075,00 €	238.000,00 €	133.650,00 €	131.355,00 €	128.200,00 €	160.480,00 €
Variação			-16,34%	23,01%	22,46%	-31,23%	-32,41%	-34,04%	-17,43%

Sociedade B, Lda

Nº de animais por idades:	Stock	01	02	03	04	05	06	07	08
A - Vitelos ate 1 meses	6	300,00 €	1.800,00 €	750,00 €	600,00 €	600,00 €	900,00 €	600,00 €	900,00 €
B - Vitelas com 2 a 6 meses	15	3.000,00 €	4.500,00 €	1.875,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	2.362,50 €	1.500,00 €	4.875,00 €
C - Vitelas com 7 a 12 meses	22	8.800,00 €	6.600,00 €	8.800,00 €	8.800,00 €	5.500,00 €	7.700,00 €	5.500,00 €	10.120,00 €
D - Novilhasde 13 meses a 18 meses	14	12.600,00 €	8.400,00 €	14.000,00 €	14.000,00 €	4.900,00 €	9.310,00 €	4.900,00 €	7.000,00 €
E - Novilhasde 19 meses a 24 meses	10	12.000,00 €	6.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	6.000,00 €	6.650,00 €	6.000,00 €	5.000,00 €
F - Vacas na 1ª Lactação (25m-36m)	25	30.000,00 €	20.000,00 €	31.250,00 €	31.250,00 €	17.500,00 €	16.625,00 €	18.750,00 €	20.000,00 €
G - Vacas na 2ª Lactação (37m-48m)	22	26.400,00 €	17.600,00 €	27.500,00 €	27.500,00 €	15.400,00 €	14.630,00 €	16.500,00 €	17.600,00 €
H - Vacas na 3ª Lactação (49m-60m)	13	13.000,00 €	10.400,00 €	16.250,00 €	16.250,00 €	9.100,00 €	8.645,00 €	9.100,00 €	10.400,00 €
I - Vacas na 4ª Lactação (61m-72m)	11	9.900,00 €	8.800,00 €	13.750,00 €	13.750,00 €	7.700,00 €	7.315,00 €	6.600,00 €	8.800,00 €
J - Vacas na 5ª Lactação (73m-84m)	6	3.600,00 €	4.800,00 €	7.500,00 €	7.500,00 €	4.200,00 €	3.990,00 €	3.000,00 €	4.800,00 €
K - Restantes Lactação (> 85)	5	3.000,00 €	4.000,00 €	6.250,00 €	6.250,00 €	3.000,00 €	3.325,00 €	1.750,00 €	4.000,00 €
Total de Animais	149	122.600,00 €	92.900,00 €	137.925,00 €	137.400,00 €	75.400,00 €	81.452,50 €	74.200,00 €	93.495,00 €
Variação			-24,23%	12,50%	12,07%	-38,50%	-33,56%	-39,48%	-23,74%

Sociedade C, Lda

Nº de animais por idades:	Stock	01	02	03	04	05	06	07	08
A - Vitelos ate 1 meses	7	350,00 €	2.100,00 €	875,00 €	700,00 €	700,00 €	1.050,00 €	700,00 €	1.050,00 €
B - Vitelas com 2 a 6 meses	9	1.800,00 €	2.700,00 €	1.125,00 €	900,00 €	900,00 €	1.417,50 €	900,00 €	2.925,00 €
C - Vitelas com 7 a 12 meses	1	400,00 €	300,00 €	400,00 €	400,00 €	250,00 €	350,00 €	250,00 €	460,00 €
D - Novilhasde 13 meses a 18 meses	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
E - Novilhasde 19 meses a 24 meses	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
F - Vacas na 1ª Lactação (25m-36m)	20	24.000,00 €	16.000,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €	14.000,00 €	13.300,00 €	15.000,00 €	16.000,00 €
G - Vacas na 2ª Lactação (37m-48m)	34	40.800,00 €	27.200,00 €	42.500,00 €	42.500,00 €	23.800,00 €	22.610,00 €	25.500,00 €	27.200,00 €
H - Vacas na 3ª Lactação (49m-60m)	29	29.000,00 €	23.200,00 €	36.250,00 €	36.250,00 €	20.300,00 €	19.285,00 €	20.300,00 €	23.200,00 €
I - Vacas na 4ª Lactação (61m-72m)	9	8.100,00 €	7.200,00 €	11.250,00 €	11.250,00 €	6.300,00 €	5.985,00 €	5.400,00 €	7.200,00 €
J - Vacas na 5ª Lactação (73m-84m)	3	1.800,00 €	2.400,00 €	3.750,00 €	3.750,00 €	2.100,00 €	1.995,00 €	1.500,00 €	2.400,00 €
K - Restantes Lactação (> 85)	1	600,00 €	800,00 €	1.250,00 €	1.250,00 €	600,00 €	665,00 €	350,00 €	800,00 €
Total	113	106.850,00 €	81.900,00 €	122.400,00 €	122.000,00 €	68.950,00 €	66.657,50 €	69.900,00 €	81.235,00 €
Variação			-23,35%	14,55%	14,18%	-35,47%	-37,62%	-34,58%	-23,97%

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Sociedade D, Lda

Nº de animais por idades :	Stock	01	02	03	04	05	06	07	08
A - Vitelos ate 1 meses	10	500,00 €	3.000,00 €	1.250,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.500,00 €	1.000,00 €	1.500,00 €
B - Vitelas com 2 a 6 meses	32	6.400,00 €	9.600,00 €	4.000,00 €	3.200,00 €	3.200,00 €	5.040,00 €	3.200,00 €	10.400,00 €
C - Vitelas com 7 a 12 meses	31	12.400,00 €	9.300,00 €	12.400,00 €	12.400,00 €	7.750,00 €	10.850,00 €	7.750,00 €	14.260,00 €
D - Novilhasde 13 meses a 18 meses	22	19.800,00 €	13.200,00 €	22.000,00 €	22.000,00 €	7.700,00 €	14.630,00 €	7.700,00 €	11.000,00 €
E - Novilhasde 19 meses a 24 meses	19	22.800,00 €	11.400,00 €	19.000,00 €	19.000,00 €	11.400,00 €	12.635,00 €	11.400,00 €	9.500,00 €
F - Vacas na 1ª Lactação (25m-36m)	37	44.400,00 €	29.600,00 €	46.250,00 €	46.250,00 €	25.900,00 €	24.605,00 €	27.750,00 €	29.600,00 €
G - Vacas na 2ª Lactação (37m-48m)	32	38.400,00 €	25.600,00 €	40.000,00 €	40.000,00 €	22.400,00 €	21.280,00 €	24.000,00 €	25.600,00 €
H- Vacas na 3ª Lactação (49m-60m)	19	19.000,00 €	15.200,00 €	23.750,00 €	23.750,00 €	13.300,00 €	12.635,00 €	13.300,00 €	15.200,00 €
I - Vacas na 4ª Lactação (61m-72m)	19	17.100,00 €	15.200,00 €	23.750,00 €	23.750,00 €	13.300,00 €	12.635,00 €	11.400,00 €	15.200,00 €
J - Vacas na 5ª Lactação (73m-84m)	15	9.000,00 €	12.000,00 €	18.750,00 €	18.750,00 €	10.500,00 €	9.975,00 €	7.500,00 €	12.000,00 €
K - Restantes Lactação (> 85)	23	13.800,00 €	18.400,00 €	28.750,00 €	28.750,00 €	13.800,00 €	15.295,00 €	8.050,00 €	18.400,00 €
Total	259	203.600,00 €	162.500,00 €	239.900,00 €	238.850,00 €	130.250,00 €	141.080,00 €	123.050,00 €	162.660,00 €
Variação			-20,19%	17,83%	17,31%	-36,03%	-30,71%	-39,56%	-20,11%

Quadro 8: Valorização ativos biológicos por empresa

Fonte: Próprio

A grande disparidade obtida no valor dos ativos biológicos proporciona grandes oscilações nos resultados das empresas, conforme se pode verificar no quadro 9. A classificação 3 é a que confere o melhor resultado, seguida da 4 e posteriormente da 1. Os valores do SIMA, permitem a obtenção do quarto melhor resultado na sociedade B e D e nas restantes duas empresas o quinto.

A amplitude dos resultados obtidos reflete a grande distorção existente na contabilização do efetivo leiteiro. Vejamos por exemplo, o caso da Sociedade A Lda., que pode ser positivo em 52.773,60€ ou negativo em 58.101,40€. Estamos perante uma diferença de 110.875,00€, com grande significado para a tomada de decisão na exploração.

Resultado Líquido	01	02	03	04	05	06	07	08
Sociedade A, Lda	8.048,60 €	-23.701,40 €	52.773,60 €	51.698,60 €	-52.651,40 €	-54.946,40 €	-58.101,40 €	-25.821,40 €
		-394,48%	555,69%	542,33%	-754,17%	-782,68%	-821,88%	-420,82%
Sociedade B, Lda	-15.349,71 €	-45.049,71 €	-24,71 €	-549,71 €	-62.549,71 €	-56.497,21 €	-63.749,71 €	-44.454,71 €
		-193,49%	99,84%	96,42%	-307,50%	-268,07%	-315,32%	-189,61%
Sociedade C, Lda	-53.343,91 €	-78.293,91 €	-37.793,91 €	-38.193,91 €	-91.243,91 €	-93.536,41 €	-90.293,91 €	-78.958,91 €
		-46,77%	29,15%	28,40%	-71,05%	-75,35%	-69,27%	-48,02%
Sociedade D, Lda	94.639,10 €	53.539,10 €	130.939,10 €	129.889,10 €	21.289,10 €	32.119,10 €	14.089,10 €	53.699,10 €
		-43,43%	38,36%	37,25%	-77,50%	-66,06%	-85,11%	-43,26%

Quadro 9: Resultado líquido – diferentes valorizações

Fonte: Próprio

Se por um lado se verifica uma certa consistência tendencial nos resultados alcançados, por outro lado a amplitude dos mesmos reflete a grande distorção existente. Podemos concluir que não existe comparabilidade de informação financeira entre as explorações leiteiras, apesar de todas utilizarem valor de mercado.

É primordial que o mercado, sobretudo o SIMA, tenha a capacidade de emitir uma valorização mais rigorosa e criteriosa. Só com valores consistentes conseguiremos obter o valor real das explorações leiteiras e deste modo poderemos compara-las com fiabilidade. A contabilidade deverá contribuir para uma correta tomada de decisão por parte dos produtores. Ao basear-se em informação inconsistente mesmo sendo a informação disponível no mercado, a contabilidade não proporcionará utilidade para a tomada de decisão.

5) FÓRMULA DE CÁLCULO DO JUSTO VALOR

A legislação contabilística portuguesa contempla a valorização dos animais ao justo valor, remetendo para os preços de mercado. Como verificamos no capítulo anterior, os valores que o mercado dispõe para a contabilização do efetivo leiteiro revelam-se inconsistentes. Pelo que, no presente capítulo iremos propor um modelo que nos permita obter o valor dos animais de leite da raça Holstein Frísia através dos benefícios económicos futuros que este proporcionará à exploração.

5.1) Fórmula genérica

Ao falamos em justo valor do efetivo leiteiro, temos de ter presente diferentes aspetos, nomeadamente a curva de produção e as restantes variáveis que influenciam o preço do animal. Para uma melhor valorização de um animal é necessário saber quais os benefícios económicos futuros que este proporcionará, sendo o mesmo traduzido em litros de leite e na sua valorização de mercado. Após tudo o que analisamos anteriormente parece-nos que é mais correto avaliar os animais através da atualização dos cash-flows futuros. Para o efeito, teremos que ter em conta para cada período de vida do animal, o preço do leite, a média de produção, o tempo útil de produção, os custos da alimentação e uma variável representativa de fatores extraordinários positivos ou negativos. Assim obtemos a seguinte fórmula de cálculo do valor do animal para o período t:

$$VA_t = (vu * pmd * pl) - (cca * (vu * pmd * pl)) + c$$

para t em que

$$pmd = 0 \Rightarrow VA_t = ca$$

sendo,

va_t - valor animal período t

cca - contribuição dos custo alimentação

vu - número dias vida útil em produção em t

ca – custo da alimentação

pmd - produção média diária em t

c – fator extraordinário

pl - preço leite em t

Como para o cálculo do justo valor necessitamos de calcular o valor dos benefícios económicos futuros atualizados que o animal irá gerar até ao final da sua vida útil na exploração, teremos de proceder ao cálculo do benefício para cada ano, subtraindo os custos aos proveitos que o animal irá gerar e atualizar o valor daí obtido aplicando a taxa de retorno. Somam-se todos os benefícios atualizados e obtendo o valor atualizado líquido do animal. A alimentação é o custo mais significativo das explorações leiteiras, e é proporcional à produção de leite, neste sentido consideramos os custos uma percentagem dos proveitos.

Assim, utilizando os cash-flows líquidos atualizados obtemos:

$$VAAL = \sum_{t=1}^{n-1} \left[\frac{va_t}{(1+i)^t} \right] + \left[\frac{va_n + pv_n}{(1+i)^n} \right]$$

Sendo,

vaal - valor do animal atualizado líquido

n - nº anos vida útil animal

va_t - valor animal período t

pv_n - preço venda animal período n

i – taxa de desconto

Para podermos aplicar a fórmula apresentada é essencial compreendermos a curva de produção do efetivo leiteiro. Como este cálculo tem aplicação individual, é necessário situar o animal na curva de produção de leite e daí procedermos ao cálculo do seu valor. Sendo que o número de anos de vida útil do animal, é referente ao tempo que o animal está na exploração objeto de estudo e não a totalidade de anos de vida do animal. Esta valorização aplica-se às fêmeas reprodutoras, com o pressuposto que todas as fêmeas nascidas na exploração destinam-se à produção de leite e apenas serão vendidas no termo da vida útil de produção. Deste modo desde a nascença até ao início da produção de leite o valor do animal em cada período reporta-nos apenas os custos da alimentação.

5.2) Simulação formula - raça holstein frísia

A raça holstein frísia é a mais utilizada nas explorações leiteiras sendo única raça existente nas explorações objeto de estudo no ponto quatro da presente dissertação. No presente capítulo iremos proceder à aplicação da fórmula apresentada no ponto anterior, para calcular o valor do efetivo leiteiro.

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*	média
Taxa	2,4	2,3	3,1	2,5	2,6	-0,9	1,4	3,66	3,15	2,23

Quadro 10: evolução taxa inflação em Portugal

Fonte: INE: índice de preços ao consumidor

A taxa de inflação que utilizamos para o cálculo preço do leite futuro é a média das taxas dos últimos nove anos, ou seja 2,23%, tal como apresentamos quadro 10. O preço de leite a considerar é o preço de mercado publicado pelo SIMA que para dezembro de 2011 ascendia a 0,3217€/ litros para mercado português. Procedemos à extrapolação do preço do leite para os próximos 8 anos tendo em consideração a taxa média de inflação obtida.

A taxa de desconto deve refletir o custo de oportunidade do capital para o investidor. Vamos considerar que a taxa de desconto é 5%, tal como estabelece a união europeia (Comissão Europeia, 2006).

Para o nosso estudo vamos considerar oito anos como sendo o tempo de vida útil da vaca, a existência de 6 lactações e como sendo a média de dias em produção para cada lactação de 305.

Para a contribuição dos custos com alimentação, vamos considerar 56% do valor do leite (Neto, 2009). O custo diário considerado de alimentação das vitelas foi 1,16€ e das novilhas 2€. Estes valores foram obtidos através da entrevista efetuada ao técnico de contas da Sociedade A, Lda. referida no capítulo anterior, tendo-nos cedido as médias de produção por lactação que passamos a apresentar no quadro 11.

1ª lactação	2ª lactação	3ª lactação	4ª lactação	5ª lactação	6ª lactação
29	32	35	34	33	30

Quadro 11: Produção de leite por lactação

Fonte: próprio

Para a simulação vamos considerar a inexistência de fatores extraordinários pelo que o fator C é zero, uma vez que não dispomos de informação que nos permita avaliar as especificidades excecionais de cada animal. Mas, numa exploração leiteira é essencial ter em consideração este fator desde que seja relevante para o valor do animal, pois estamos a proceder à valorização individual dos animais.

Optamos pelo cálculo anual do valor atualizado líquido do animal de modo a ser mais perceptível a aplicação da fórmula. Sendo que, para podermos efetuar a contabilização mensal, aplicaríamos a fórmula em meses ou em dias e proceder-se-ia ao ajustamento da taxa de desconto. Esquematizando a fórmula obtém-se a seguinte linha de orientação.

vitelas	novilhas	1ª lact.	2ª lact.	3ª lact.	4ª lact.	5ª lact.	6ª lact.
1	2	3	4	5	6	7	8

Os resultados alcançados, conforme apresentamos no quadro 12, foram obtidos com recurso ao Excel

Grupo	VAAL
Vitelas	786,54 €
Novilhas	979,36 €
vacas 1ª lactação	1.299,87 €
vacas 2ª lactação	1.358,88 €
vacas 3ª lactação	1.409,03 €
vacas 4ª lactação	1.440,06 €
vacas 5ª lactação	1.505,65 €
vacas 6ª lactação	1.709,68 €

Quadro 12: Produção de leite por lactação

Fonte: próprio

A valorização por animal obtida é fortemente condicionada pelos valores considerados e anteriormente descritos. Sendo os benefícios económicos esperados na sexta lactação superiores ao da quinta, justificado pelo facto de no ano n incorporamos o benefício da venda do animal para refugo. Consideramos o preço de refugo de 400€ baseado nos preços da carne emitidos pelo SIMA.

Assim, com o cálculo anual do valor atualizado líquido do animal atingimos um valor mais consistente. No entanto, é de salientar que cada exploração deverá utilizar o seu histórico no que se refere às médias de produção e percentagem de custos. Os valores de referência poderão distorcer a realidade, sendo que o preço de mercado fica salvaguardado tanto pelo preço do leite como pelo preço de mercado do animal quando é vendido.

6) CONCLUSÕES

No presente trabalho propusemo-nos avaliar o impacto da Adoção da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17 no setor leiteiro, sendo conveniente salientar que a aplicação do novo normativo (SNC) ocorreu a 1 de janeiro de 2010.

Para compreendermos e debatermos o impacto do novo normativo, temos de compreender o que é que mudou em termos normativos e qual a sua importância. Após termos procedido à revisão de literatura sobre esta temática, procedemos á elaboração de um estudo de caso sendo pertinente apresentar e comparar os resultados obtidos. A principal conclusão que obtivemos é que o impacto da adoção da NCRF 17 no setor leiteiro português é inconclusivo uma vez que a informação financeira das várias explorações não é comparável. O justo valor remete a valorização para os preços de mercado, no caso português, o valor dos bovinos é dado pelo SIMA e pelos negociantes de animais. Sendo que as explorações leiteiras utilizam a valorização de mercado facultada por estas duas fontes e sendo esta divergente, conduz à obtenção de informação inconsistente e não comparável. O SIMA não disponibiliza informação sobre todas as fchas etárias e lactações do efetivo leiteiro, gerando uma grave lacuna para as explorações que se baseiam nos seus preços de mercado. Assim deparamo-nos com uma ambiguidade na valorização de um dos ativos que mais influencia o valor de uma exploração leiteira, ou seja os animais. Apesar das explorações leiteiras portuguesas estarem a utilizar o preço de mercado para valorizarem o seu efetivo leiteiro, estejamos perante um setor cujo valor de mercado das suas empresas é díspar e pouco fiável.

As conclusões obtidas vêm corroborar o estudo efetuado por Paananen e Lin (2009), que referem que a adoção das IFRS tornou mais difícil a tomada de decisão por parte dos investidores. Azevedo (2005), refere que a adoção do justo valor contribui para o aumento do resultado das empresas, mas para o setor leiteiro tudo depende de qual o justo valor atribuído aos ativos biológicos. Tal como Aryanto (2011), deparamo-nos com a comparabilidade da informação financeira distorcida.

Neste sentido, urge alcançarmos um modelo que nos permita utilizar o normativo de uma forma consistente, real e fiável. A fim de solucionarmos os problemas identificados, procedemos à elaboração de um modelo de valorização do efetivo leiteiro, baseado no preço de mercado do leite e na atualização dos cash-flows futuros, isto é, baseada na atualização dos benefícios económicos futuros. Assim, elaboramos e testamos uma fórmula de cálculo do valor de cada animal, sendo este, no nosso entender, um possível método para a contabilização dos bovinos em produção. Salvaguardamos o princípio de obtenção de informação contabilística útil para a

tomada de decisão e se todos os intervenientes no setor aplicarem o mesmo critério conseguiremos comparar os resultados e valores das explorações leiteiras. Apesar da flexibilidade do modelo, estamos cientes que possam existir alguns ajustamentos na fórmula, de forma a permitir a sua aplicação em qualquer exploração leiteira.

Estamos cientes de que nesta matéria ainda há muito a explorar e a melhorar. Possíveis estudos poderão proceder ao melhoramento do modelo formulado ou até criarem modelos para outras atividades agrícolas. A nós, resta-nos a certeza que só com trabalho e cooperação poderemos obter melhores resultados.

BIBLIOGRAFIA:

- Ahmed, S.A., Neel, M., & Wang, D. (2010). Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality? Preliminary evidence. Working Paper, Texas A&M University.
- Alves, V., 2004, Evolução Filogenética dos Bovinos Autóctones Portugueses, II Jornadas Técnicas de Raças Bovinas Autóctones, Escola Superior Agrária - Castelo Branco, 5 e 6 de maio
- Argilés Josep M., Blandon Josep Garcia e MonllauTeresa (2010) “Valor razonable versus coste histórico de los ativos biológicos: valor predictivo de la informacion contable” Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review, Vol. 14 - Nº 2: 87-113
- Aryanto, Yohanes Handoko (2011) “Theoretical Failure of IAS 41: Agriculture” Associate Researcher. The Indonesian Institute of Accountants [Consult. 19 Feb 2012] Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1808413>
- Associação Portuguesa de Criadores de raça Frísia (APCRF) Área (2011) Area A Raça Holstein Frísia. Características. [Consult. 28 Mar. 2011] Disponível em <http://www.apcrf.pt/gca/?id=147#>.
- Atkins , Gordon.(2009) “The Importance of Genetic Selection in Dairy Cowsfor Reducing Lameness and Improving Longevity”.CanWest Conference [Consult. 27 Mar. 2011] Disponível em <http://www.hoofhealth.ca/Atkins.pdf>
- Azevedo, Graça Maria do Carmo (2005) O Impacto da Norma Internacional de Contabilidade Nº 41“Agricultura” no Normativo Contabilístico Português – Setor Vitivinícola, Tese de Doutoramento apresentada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, setembro
- Banco de Portugal (2012) Boletim Económico primavera 2012 [Consult. 7 Jun 2012] disponível emhttp://www.bportugal.pt/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Publicacoes/bol_primavera_p.pdf
- Banco de Portugal (2011) Análise setorial das indústrias alimentares - Estudo da central de balanços do Banco de Portugal novembro 2011. [Consult. 12 Jan 2012] disponível em [http://www.bportugal.pt/PAS/sem/src/%28S%28e34fafftx5kvyi4djzkop45%29%29/wizard.aspx?book={360EB9A1-9227-4CDE-9C9A-1A1DF13665A3}#\(11.01.12\)](http://www.bportugal.pt/PAS/sem/src/%28S%28e34fafftx5kvyi4djzkop45%29%29/wizard.aspx?book={360EB9A1-9227-4CDE-9C9A-1A1DF13665A3}#(11.01.12))
- Barbosa, Manuela; Sá, Fernando (2009). O leite e os Seus Produtos; Clássica Editora, Porto
- Barlev, Benzion; Haddad, Joshua (2003). Fair Value Accounting and the Management of the Firm. Critical Perspectives on Accounting. Vol.14, nº4: 383-415, [Consult. 25 Abr. 2012]. Disponível em www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235402001399.
- Barros, Aidil; Lehfeld, Neide (1986), Fundamentos de Metodologia: um guia para a iniciação científica, McGraw-Hill, São Paulo
- Barth, M.E., Landsman, W.R., & Land, M.H. (2008). International accounting standards and accounting quality, Journal of Accounting Research 46:467-498
- Capkun, Vedran; Collins, Dani; Jeanjean , Thomas (2012) Does Adoption of IAS/IFRS Deter Earnings Management?. (fevereiro 2). Social Science Research Network [Consult. 29 Feb. 2012] Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1850228>.
- Cheung, Esther; Evans, Elaine;Wright, Sue (2008) The adoption of IFRS in Australia: The case of AASB 138(IAS 38) Intangible Assets. Australian Accounting Review; Vol. 18, nº 3 (Sep 2008): 248-256

Christensen, H.B., Lee, E., & Walker M., (2008). Incentives or standards: What determines accounting quality changes around IFRS adoption? AAA 2008 Financial Accounting and Reporting Section (FARS) Paper. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1013054>

CLAL.(2012) Área statistiche – Europa. [Consult. 14 Jan 2012] disponível em http://www.clal.it/en/index.php?section=world_map_consegne_latte

Comissão de Normalização Contabilística (2012)Área história - breve resenha histórica da CNC [Consult. 28 Jan 2012] disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/0_new_site/sobre_cnc/Historia_CNC.pdf

Comissão Europeia (2006) Direção de política Regional. Documento trabalho nº 4- Orientações sobre a metodologia para a realização de análises de custo-benefício, agosto [Consult. 28 Abr. 2012] Disponível em http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2007/working/wd4_cost_pt.pdf

Coutinho, Clara Pereira; Chaves José Henrique (2002) O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal- Revista Portuguesa de Educação, 2002, 15(1), pp. 221-243

Crvalho, Isabel (2000) Caracterização Genética das Raças bovinas Autóctones Portuguesas, Dissertação de Mestrado em Ecologia Aplicada apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

Diário da República, 2.^a série — N.º 173 — 7 de setembro de 2009 pag. 36316. Aviso nº15655/2009 de 7/09/2009

Elad, Charles; Herbohn, Kathleen (2011) Implementing fair value accounting in the agricultural sector, The Institute of Chartered Accountants of Scotland

Eucolite - European Association of Dairy Trade (2011) Milk Market Situation, Brussels 20 outubro [Cons. 15 Nov. 2011] Disponível em <http://www.eucolait.be/commission-ptt/11974-qi11-098-annex/download>

Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares(2011) Área setor - dados [Consult. 22 Nov 2011] disponível em http://www.fipa.pt/setor/sector_home.php?id=7

Fernandes, Gilberto de Carvalho (2009) NIC 41 – Agricultura: Contributos e Constrangimentos para a Imagem Verdadeira e Apropriada na Realidade Portuguesa, Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial

Fiechter, Peter (2011) The Effects of the FairValue Option under IAS 39 on theVolatility of Bank Earnings. Journal of International Accounting Research. Vol. 10, nº1:85-108

Fisher, Richard; Mortensen, Tony; Webber, Daniel (2010) Fair Value Accounting In The Agricultural Setor: An Analysis Of Financial Statement Preparers' Perceptions Before And After The Introduction Of IAS 41 Agriculture. Accounting and Finance Association of Australia and New Zealand (AFAANZ) Conference, 4-6 Jul 2010.[Consult. 25 Abr. 2012] Disponível em www.afaanz.org/openconf/2010/modules/request.php?module=oc_proceedings&action=proceedings.php&a=Accept+as+Paper

Goff, Douglas. (1995) – University of Guelph – Canada. Área - food and Science. [Consult. 22 Mar. 2011] Disponível em <http://www.foodscience.uoguelph.ca/dairyedu/uht.html>

Gomes, Pedro (2009) Autossustentabilidade com Tecnologia - Conservação e Pastorização. [Consut. 22 Mar. 2011] Disponível em <http://autosustentavel.blogspot.com/search/label/Pasteuriza%C3%A7%C3%A3o%20%28leite%29>

IACA- Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais (2011) Portugal - A indústria de alimentação animal no contexto das indústrias Agro Alimentares Anuário 2011. [Consult. 12 Jan 2012] disponível em http://www.iaca.pt/content/metacontent/anuario2011_74-94.pdf

Infopedia - Enciclopedia e Dicionários Porto Editora(2011. Área pesquisa global. [Consut. 28 Mar. 2011] Disponível em <http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/Zoologia>

Instituto Nacional de Estatística (2009).Anuário 2009 Área de Informação Estatística – Publicações. [Consult 8 Jan. 2012] Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=104996740&PUBLICACOESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística (2011) Boletim Mensal da Agricultura e Pescas - dezembro. Área de Informação Estatística – Publicações. [Consult 7 Jan. 2012] Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes

Instituto Nacional de Estatística(2011) Boletim Mensal de Estatística - novembro Área de Informação Estatística – Publicações. [Consult 8 Jan. 2012] Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes

Instituto Nacional de Estatística (2010) Estatísticas da Agricultura e da Floresta 2010. Área de Informação Estatística – Publicações. [Consult 7 Jan. 2012] Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes

Instituto Nacional de Estatística (2012) Índice de Preços no Consumidor - Taxas de variação anual para atualização de valores. Área informação estatística - Em foco. [Consult. 27 Abr. 2012] Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xlang=pt&xpgid=ine_main&xpid=INE

Jornal Oficial da União Europeia (2003) Diretiva 2003/51/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho [Consult. 28 Jan 2012] Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=oj:l:2003:178:0016:0022:pt:pdf>

Lobo, Francisco Rodrigues (1774) Cantiga das Serranas; Livro Terceiro das Obras Pastoriz; Lisboa

Marrafa, P., R. Amaro, S. Mendes, R. P. Chaves & S. Lourosa (2009) LexTec – Léxico Técnico do Português: Ambiente, Banca, Comércio, Construção Civil, Direito Comercial Internacional, Economia e Gestão de Empresas, Energia, Seguros, Turismo, Telecomunicações, Instituto Camões, [Consult. 8 Jan 2012] disponível em http://www.instituto-camoes.pt/lextec/por/domain_10/definition/21358.html

Medeiros, Rogério; Manuel, Patrício; Semedo, Garcia (2009) NCRF 17 versus POC: Ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita. ISCTE Lisboa

Monteiro, Pena; Rosado, Jaime; Almeida, Lucas (1981) Bovinos em Portugal, Anuário da Direção Geral dos Serviços Veterinários

Neto, Carolina (2009) Análise de custos durante e pós-parto numa exploração leiteira em Montemor – o- Velho, Dissertação de mestrado integrado em medicina veterinária, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Medicina veterinária

Nunes, Artur (2004) Leite – mecanismos de produção; Fenelac

Paananen, Mari; Lin, Henghsiu (2009) The Development of Accounting Quality of IAS and IFRS over Time: The Case of Germany. Journal of International Accounting Research; Vol. 8, nº1: 31-55

Rodenburg, Jack (2004) Body Condition Scoring. Dairy Cattle Production Systems Program Lead/OMAFRA- livestock: Ontario. [Consult. 14 abril 2012] Disponível em <http://www.omafra.gov.on.ca/english/livestock/dairy/facts/00-109.htm>

Ryan, Bob; Scapens, Robert e Theobald, Michael (2004), Research method and methodology in finance and accounting, Second Edition, Thomson Learning, London

Sá, Fernando(1989) As Vacas Leiteiras; Clássica Editora; Lisboa

Sarakul, M; Koonawootrittriron, S. ; Elzo, M; Suwanasopee, T.(2007) Factors Associated with Dairy Cattle Genetic Improvement for Milk Production at Farm Level in Central Thailand Department of Animal Sciences, University of Florida, Gainesville, FL 32611-0910, USA [Consut. 27 Mar. 2011] Disponível em http://pirun.ku.ac.th/~agrskk/images/Conf-2010-The14AAAP_MYS-Thai%20DairyTrends.pdf

SIMA - Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (2012) Área consulta informação - cotações . [Consult. 5 Feb 2012] Disponível em <http://www.gpp.pt/cot/>

Sousa, Gonçalo (1998) metodologia da investigação, redação e apresentação de trabalhos científicos, primeira edição, Livraria Civilização Editora, Porto

Sousa, Sérgio (2011), A relação entre a cultura organizacional e o uso de práticas de gestão da qualidade: uma investigação empírica no setor hospitalar, Tese de doutoramento em gestão, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Econimia e Gestão, Lisboa

Statistical Office of the European Communities (2012) – Eurostat. Área Statistics Database. [Consult. 15 Jan 2012] disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes>

Tarca, Ann (2005).International Convergence of Accounting Standards: an investigation of the use of IAS “options” not acceptable under US GAAP. International Journal of Business Studies. (junho) Vol.13, nº1: 67-86

Vasconcellos, Paulo(2007) Guia prático para o fazendeiro; Nobel; São Paulo

Vilá, J. A. Romagosa (1978) Manual de criação de Gado Bovino; Biblioteca Agrícola Litexa

Yin, R. K. (2003). Case study research: Design and methods (3rd ed.). Thousand Oaks,

Zéghal, Daniel; Chtourou, Sonda e Sellami, Yosra (2011) An analysis of the effect of mandatory adoption of IAS/IFRS on earnings management. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, nº20: 61-72

ANEXOS

Anexo 1) Bovinos – Mercado de Produção**Anexo 1 - Bovinos - Merc Produção (Sem 20-02-2012 a 26-02-2012) continuação**

PRODUTO	REGIAO	MERCADO	Mínimo	Maximo	Frequente
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Alentejo	Alentejo Norte	3.50	3.90	3.70
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	3.00	4.50	3.05
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Litoral	Aveiro	3.60	4.10	3.85
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Interior	Beira Interior (RG)	3.90	4.00	3.95
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Litoral	Beira Litoral (RG)	3.50	4.20	3.90
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Alentejo	Beja	3.60	3.80	3.70
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Interior	Castelo Branco	3.90	4.00	3.95
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Litoral	Coimbra	3.50	4.20	4.00
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Alentejo	Evas	3.40	3.80	3.60
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Alentejo	Estremoz	3.40	3.90	3.70
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Alentejo	Évora	3.40	3.90	3.80
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Interior	Guarda	3.90	4.00	3.95
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	3.70	4.20	4.20
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Ribatejo e Oeste	Ribatejo e Oeste (RG)	3.70	4.20	4.20
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Trás-os-Montes	Terra Fria	2.90	4.50	3.15
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Trás-os-Montes	Trás-os-Montes (RG)	2.90	4.50	3.05
Novilho*12 a 18 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Litoral	Viseu	3.50	4.00	3.90
Novilho*12 a 18 meses*Galega*EUR/Kg P. Carçaça	Entre Douro e Minho	Alto Minho	3.50	5.00	4.50
Novilho*12 a 18 meses*Mirandesa*EUR/Kg P. Carçaça	Trás-os-Montes	Terra Fria	4.00	5.00	4.50
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Entre Douro e Minho	Alto Minho	3.10	3.70	3.40
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	3.00	4.50	3.00
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Litoral	Aveiro	2.75	3.70	3.20
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Entre Douro e Minho	Baixo Cávado	3.10	3.70	3.40
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Interior	Beira Interior (RG)	3.30	3.50	3.40
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Litoral	Beira Litoral (RG)	2.75	3.80	3.25
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Interior	Castelo Branco	3.30	3.50	3.40
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Litoral	Coimbra	3.20	3.80	3.50
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Entre Douro e Minho	Entre Douro e Minho (RG)	3.10	3.70	3.40
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Interior	Guarda	3.30	3.50	3.40
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	3.50	4.00	3.70
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Ribatejo e Oeste	Ribatejo e Oeste (RG)	3.50	4.00	3.70
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Trás-os-Montes	Terra Fria	2.90	4.00	3.10
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Trás-os-Montes	Trás-os-Montes (RG)	2.90	4.50	3.10
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Entre Douro e Minho	Vale do Sousa	3.10	3.70	3.40
Novilho*12 a 18 meses*Turina*EUR/Kg P. Carçaça	Beira Litoral	Viseu	2.90	3.50	3.25
Novilho*6 a 8 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Vivo	Alentejo	Alentejo (RG)	2.10	2.80	2.60
Novilho*6 a 8 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Vivo	Alentejo	Alentejo Litoral	2.30	2.80	2.50
Novilho*6 a 8 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Vivo	Alentejo	Alentejo Norte	2.30	2.60	2.50
Novilho*6 a 8 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Vivo	Alentejo	Beja	2.40	2.60	2.50
Novilho*6 a 8 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Vivo	Alentejo	Evas	2.30	2.70	2.50
Novilho*6 a 8 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Vivo	Alentejo	Estremoz	2.10	2.60	2.50
Novilho*6 a 8 meses*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Vivo	Alentejo	Évora	2.20	2.80	2.60
Novilho*8 a 12 meses*Arouquesa*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Ribadouro	500.00	720.00	610.00
Novilho*8 a 12 meses*Barrosa*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	499.00	748.00	650.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Alentejo	Alentejo (RG)	500.00	650.00	600.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Alentejo	Alentejo Litoral	540.00	650.00	580.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Alentejo	Alentejo Norte	520.00	600.00	580.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	549.00	799.00	650.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Alentejo	Beja	540.00	590.00	570.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Alentejo	Evas	520.00	580.00	560.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Alentejo	Estremoz	500.00	600.00	560.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Alentejo	Évora	550.00	650.00	600.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	700.00	760.00	750.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo e Oeste (RG)	700.00	760.00	750.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	424.00	574.00	475.00
Novilho*8 a 12 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Trás-os-Montes (RG)	424.00	798.00	650.00
Novilho*8 a 12 meses*Galega*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	470.00	685.00	540.00
Novilho*8 a 12 meses*Mirandesa*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	499.00	748.00	580.00
Novilho*8 a 12 meses*Mirandesa*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	500.00	623.50	524.00
Novilho*8 a 12 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	380.00	510.00	480.00
Novilho*8 a 12 meses*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	499.00	748.00	520.00

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Anexo 1 - Bovinos - Merc Produção (Sem 20-02-2012 a 26-02-2012) continuação

PRODUTO	REGIAO	MERCADO	Mínimo	Maximo	Frequente
Novilho*8 a 12 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Baixo Cávado	390.00	510.00	480.00
Novilho*8 a 12 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Entre Douro e Minho (RG)	390.00	510.00	480.00
Novilho*8 a 12 meses*Turina*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	450.00	500.00	450.00
Novilho*8 a 12 meses*Turina*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo e Oeste (RG)	450.00	500.00	450.00
Novilho*8 a 12 meses*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	374.00	600.00	450.00
Novilho*8 a 12 meses*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Trás-os-Montes (RG)	374.00	748.00	450.00
Novilho*8 a 12 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Vale do Sousa	390.00	510.00	480.00
Vaca*Abate*Arouquesa*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Ribadouro	2.50	3.25	3.00
Vaca*Abate*Barrosã*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Alto Minho	2.30	3.00	2.75
Vaca*Abate*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Alentejo	Alentejo (RG)	1.70	2.60	2.40
Vaca*Abate*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Beira Litoral	Beira Litoral (RG)	1.85	3.05	2.50
Vaca*Abate*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Beira Litoral	Coimbra	1.85	3.05	2.40
Vaca*Abate*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Alentejo	Évora	1.70	2.00	1.80
Vaca*Abate*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Alentejo	Estremoz	2.00	2.60	2.50
Vaca*Abate*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Alentejo	Évora	2.20	2.60	2.40
Vaca*Abate*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	2.00	2.50	2.25
Vaca*Abate*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Ribatejo e Oeste	Ribatejo e Oeste (RG)	2.00	2.50	2.25
Vaca*Abate*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Beira Litoral	Viseu	2.00	3.00	2.75
Vaca*Abate*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Alto Minho	1.85	2.50	2.30
Vaca*Abate*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Beira Litoral	Aveiro	1.30	2.20	1.95
Vaca*Abate*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Baixo Cávado	1.85	2.50	2.30
Vaca*Abate*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Beira Litoral	Beira Litoral (RG)	0.90	2.50	1.95
Vaca*Abate*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Beira Litoral	Coimbra	1.70	2.20	2.10
Vaca*Abate*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Entre Douro e Minho (RG)	1.85	2.50	2.30
Vaca*Abate*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	1.50	2.30	2.00
Vaca*Abate*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Ribatejo e Oeste	Ribatejo e Oeste (RG)	1.50	2.30	2.00
Vaca*Abate*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Vale do Sousa	1.85	2.50	2.30
Vaca*Abate*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Beira Litoral	Viseu	0.90	2.50	1.50
Vaca*Refugio*Arouquesa*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Ribadouro	1.30	2.00	1.75
Vaca*Refugio*Barrosã*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Alto Minho	1.30	1.85	1.70
Vaca*Refugio*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Alentejo	Estremoz	1.40	2.10	2.00
Vaca*Refugio*Cruz. Charolês*EUR/Kg P. Carcaça	Alentejo	Évora	1.40	2.20	1.80
Vaca*Refugio*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Alto Minho	1.20	1.50	1.25
Vaca*Refugio*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Beira Litoral	Aveiro	1.00	1.45	1.35
Vaca*Refugio*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Baixo Cávado	1.20	1.50	1.25
Vaca*Refugio*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Beira Litoral	Coimbra	1.00	1.50	1.10
Vaca*Refugio*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Entre Douro e Minho	Vale do Sousa	1.20	1.50	1.25
Vaca*Refugio*Turina*EUR/Kg P. Carcaça	Beira Litoral	Viseu	0.60	1.40	0.95
Vaca*Reprodutora*Arouquesa*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Ribadouro	1 200.00	1 800.00	1 500.00
Vaca*Reprodutora*Barrosã*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	748.00	880.00	820.00
Vaca*Reprodutora*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	748.00	880.00	820.00
Vaca*Reprodutora*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	623.50	873.00	748.00
Vaca*Reprodutora*Mirandesa*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	748.00	880.00	800.00
Vaca*Reprodutora*Mirandesa*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	748.00	998.00	873.00
Vaca*Reprodutora*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	600.00	800.00	670.00
Vaca*Reprodutora*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Aveiro	750.00	900.00	800.00
Vaca*Reprodutora*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Coimbra	630.00	1 500.00	900.00
Vaca*Reprodutora*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	650.00	898.00	674.00
Vaca*Reprodutora*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Viseu	800.00	1 250.00	900.00
Vitela*< 3 meses*Arouquesa*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Ribadouro	310.00	400.00	375.00
Vitela*< 3 meses*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	250.00	380.00	320.00
Vitela*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	130.00	210.00	180.00
Vitela*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Baixo Cávado	130.00	210.00	180.00
Vitela*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Beira Interior	Guarda	180.00	400.00	200.00
Vitela*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Vale do Sousa	130.00	210.00	180.00
Vitela*3 a 6 meses*Arouquesa*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Ribadouro	400.00	600.00	525.00
Vitela*3 a 6 meses*Barrosã*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	450.00	580.00	520.00
Vitela*3 a 6 meses*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	450.00	550.00	460.00
Vitela*3 a 6 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Beira Litoral	Coimbra	250.00	500.00	350.00
Vitela*3 a 6 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	425.00	500.00	450.00
Vitela*3 a 6 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	349.00	500.00	400.00
Vitela*3 a 6 meses*Galega*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	385.00	540.00	510.00

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Anexo 1 - Bovinos - Merc Produção (Sem 20-02-2012 a 26-02-2012) continuação

PRODUTO	REGIAO	MERCADO	Mínimo	Maximo	Frequente
Vitela*3 a 6 meses*Mirandesa*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	450.00	550.00	470.00
Vitela*3 a 6 meses*Mirandesa*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	424.00	574.00	486.00
Vitela*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	270.00	360.00	330.00
Vitela*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	400.00	480.00	415.00
Vitela*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Aveiro	250.00	380.00	325.00
Vitela*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Baixo Cávado	270.00	360.00	330.00
Vitela*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Coimbra	175.00	300.00	300.00
Vitela*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	400.00	450.00	425.00
Vitela*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	287.00	424.00	399.00
Vitela*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Vale do Sousa	270.00	360.00	330.00
Vitela*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Viseu	125.00	200.00	175.00
Vitela*recém-nascida*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Beira Litoral	Coimbra	100.00	150.00	145.00
Vitela*recém-nascida*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Beira Litoral	Viseu	150.00	300.00	250.00
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	90.00	150.00	125.00
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	75.00	100.00	80.00
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Aveiro	100.00	175.00	150.00
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Baixo Cávado	90.00	150.00	125.00
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Coimbra	75.00	150.00	100.00
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	Beira Interior	Guarda	125.00	175.00	150.00
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	50.00	75.00	60.00
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	50.00	100.00	75.00
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Vale do Sousa	90.00	150.00	125.00
Vitela*recém-nascida*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Viseu	25.00	50.00	50.00
Vitelo*< 3 meses*Arouquesa*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Ribadouro	275.00	350.00	325.00
Vitelo*< 3 meses*Galega*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	225.00	325.00	250.00
Vitelo*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	110.00	150.00	125.00
Vitelo*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Baixo Cávado	110.00	150.00	125.00
Vitelo*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Entre Douro e Minho (RG)	110.00	150.00	125.00
Vitelo*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Beira Interior	Guarda	120.00	180.00	130.00
Vitelo*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	150.00	250.00	200.00
Vitelo*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo e Oeste (RG)	150.00	250.00	200.00
Vitelo*< 3 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Vale do Sousa	110.00	150.00	125.00
Vitelo*3 a 6 meses*Arouquesa*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Ribadouro	385.00	540.00	475.00
Vitelo*3 a 6 meses*Barrosã*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	450.00	600.00	550.00
Vitelo*3 a 6 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	400.00	580.00	530.00
Vitelo*3 a 6 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Beira Litoral	Coimbra	250.00	550.00	400.00
Vitelo*3 a 6 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	600.00	650.00	600.00
Vitelo*3 a 6 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	400.00	500.00	474.00
Vitelo*3 a 6 meses*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Beira Litoral	Viseu	300.00	500.00	450.00
Vitelo*3 a 6 meses*Cruz. Limousine*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	600.00	650.00	600.00
Vitelo*3 a 6 meses*Galega*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	325.00	475.00	450.00
Vitelo*3 a 6 meses*Mirandesa*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	450.00	580.00	520.00
Vitelo*3 a 6 meses*Mirandesa*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	500.00	600.00	536.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	150.00	275.00	250.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	450.00	580.00	520.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Aveiro	150.00	275.00	250.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Baixo Cávado	150.00	275.00	250.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Beira Litoral (RG)	130.00	275.00	250.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Coimbra	150.00	250.00	250.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Entre Douro e Minho (RG)	150.00	275.00	250.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	250.00	300.00	300.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo e Oeste (RG)	250.00	300.00	300.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	300.00	474.00	436.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Trás-os-Montes (RG)	300.00	580.00	436.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Vale do Sousa	150.00	275.00	250.00
Vitelo*3 a 6 meses*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Viseu	130.00	250.00	175.00
Vitelo*recém-nascido*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	100.00	150.00	115.00
Vitelo*recém-nascido*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Beira Litoral	Coimbra	125.00	200.00	200.00
Vitelo*recém-nascido*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	100.00	125.00	110.00
Vitelo*recém-nascido*Cruz. Charolês*EUR/Unidade	Beira Litoral	Viseu	200.00	350.00	300.00
Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Alto Minho	50.00	100.00	75.00
Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Alto Tâmega	80.00	110.00	85.00

Anexo 1 - Bovinos - Merc Produção (Sem 20-02-2012 a 26-02-2012) continuação					
PRODUTO	REGIAO	MERCADO	Minimo	Maximo	Frequente
Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Aveiro	50.00	100.00	75.00
Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Baixo Cávado	50.00	100.00	75.00
Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Coimbra	50.00	75.00	60.00
Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	Beira Interior	Guarda	50.00	75.00	60.00
Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	Ribatejo e Oeste	Ribatejo	75.00	100.00	75.00
Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	Trás-os-Montes	Terra Fria	75.00	100.00	85.00
Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	Entre Douro e Minho	Vale do Sousa	50.00	100.00	75.00
Vitelo*recém-nascido*Turina*EUR/Unidade	Beira Litoral	Viseu	25.00	60.00	50.00

Fonte: SIMA (2012.02.05)

Anexo 2) Guião de entrevista telefónica aos Técnicos Oficiais de Contas

Data:

Localidade onde exerce atividade:

Função desempenhada:

Proceder à apresentação do objetivo da entrevista, explicando o intuito do estudo e o contributo do mesmo para análise do impacto da NCRF 17 no setor leiteiro. Focalizando a importância da obtenção de informação fiável e precisa sobre a aplicação prática da norma. Evidenciar o quanto é importante a partilha de informação e de opiniões de todos os intervenientes no processo de contabilização afim que possamos alcançar um modelo mais justo, eficaz e eficiente.

Após a apresentação do trabalho proceder ao questionário:

Efetua contabilidade de explorações leiteiras? Quantas?

Qual a dimensão das explorações leiteiras que tem a seu cargo?

Que tipo de inventário realiza, mensal ou anual?

Como procede à divisão dos animais?

Que valorização atribuiu a cada grupo de animais?

Sabe qual o mercado que regula este tipo de valorização?

Utiliza como referência os valores do SIMA?

Qual o seu parecer sobre os valores e divisões etárias disponibilizados pelo SIMA?

Acha que a informação financeira das explorações leiteiras é comparável?

Quais os custos de alimentação dos animais por grupos? Quais as médias de produção?

Que sugestões ou observações tem acerca da valorização do efetivo leiteiro?

Muito obrigado pela sua colaboração.

Anexo 3) Simulação das Demonstrações Financeiras

3.1) Sociedade A, Lda

Sociedade A, Lda		01	02	03	04	05	06	07	08
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas para o período findo em 31 de Dezembro 2011									
Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
Rendimentos e Gastos									
Vendas	9	601.698,36	601.698,36	601.698,36	601.698,36	601.698,36	601.698,36	601.698,36	601.698,36
Prestações de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	10	25.144,47	25.144,47	25.144,47	25.144,47	25.144,47	25.144,47	25.144,47	25.144,47
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	8	93.937,41	93.937,41	93.937,41	93.937,41	93.937,41	93.937,41	93.937,41	93.937,41
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	18	1.183,31	1.183,31	1.183,31	1.183,31	1.183,31	1.183,31	1.183,31	1.183,31
Total de Rendimentos e Ganhos Operacionais		721.963,55	721.963,55	721.963,55	721.963,55	721.963,55	721.963,55	721.963,55	721.963,55
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Primas Consumidas	8	392.469,92	392.469,92	392.469,92	392.469,92	392.469,92	392.469,92	392.469,92	392.469,92
Fornecimentos e serviços externos	17	136.283,58	136.283,58	136.283,58	136.283,58	136.283,58	136.283,58	136.283,58	136.283,58
Gastos com o pessoal	14	96.795,44	96.795,44	96.795,44	96.795,44	96.795,44	96.795,44	96.795,44	96.795,44
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	8	10.687,00	42.437,00	-34.038,00	-32.963,00	71.387,00	73.682,00	76.837,00	44.557,00
Outros gastos e perdas	19	2.174,69	2.174,69	2.174,69	2.174,69	2.174,69	2.174,69	2.174,69	2.174,69
Total de Gastos e Perdas Operacionais		638.410,63	670.160,63	593.685,63	594.760,63	699.110,63	701.405,63	704.560,63	672.280,63
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamentos e Impostos		83.552,92	51.802,92	128.277,92	127.202,92	22.852,92	20.557,92	17.402,92	49.682,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5+6	65.588,00	65.588,00	65.588,00	65.588,00	65.588,00	65.588,00	65.588,00	65.588,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Operacional antes de Gastos de Financiamentos e Impostos		17.964,92	-13.785,08	62.689,92	61.614,92	-42.735,08	-45.030,08	-48.185,08	-15.905,08
Juros e rendimentos similares obtidos	20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	20	9.916,32	9.916,32	9.916,32	9.916,32	9.916,32	9.916,32	9.916,32	9.916,32
Resultado Financeiro		-9.916,32	-9.916,32	-9.916,32	-9.916,32	-9.916,32	-9.916,32	-9.916,32	-9.916,32
Resultado Antes de Impostos		8.048,60	-23.701,40	52.773,60	51.698,60	-52.651,40	-54.946,40	-58.101,40	-25.821,40
Imposto sobre o rendimento do período	12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		8.048,60	-23.701,40	52.773,60	51.698,60	-52.651,40	-54.946,40	-58.101,40	-25.821,40

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Sociedade A, Lda

01

02

03

04

05

06

07

08

Balanço Individual em 31 de Dezembro 2011

Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
ACTIVO									
Activo não Corrente:									
Activos fixos tangíveis	6	491.573,51	491.573,51	491.573,51	491.573,51	491.573,51	491.573,51	491.573,51	491.573,51
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos intangíveis	5	3.885,97	3.885,97	3.885,97	3.885,97	3.885,97	3.885,97	3.885,97	3.885,97
Activos biológicos	7	194.350,00	162.600,00	239.075,00	238.000,00	133.650,00	131.355,00	128.200,00	160.480,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		143.598,80	143.598,80	143.598,80	143.598,80	143.598,80	143.598,80	143.598,80	143.598,80
Accionistas/sócios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Activo não Corrente		833.408,28	801.658,28	878.133,28	877.058,28	772.708,28	770.413,28	767.258,28	799.538,28
Activo Corrente:									
Inventários	8	99.756,20	99.756,20	99.756,20	99.756,20	99.756,20	99.756,20	99.756,20	99.756,20
Activos biológicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	13	55.368,47	55.368,47	55.368,47	55.368,47	55.368,47	55.368,47	55.368,47	55.368,47
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estados e outros entes públicos	15	8.945,67	8.945,67	8.945,67	8.945,67	8.945,67	8.945,67	8.945,67	8.945,67
Accionistas/sócios	13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	16	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	17.053,98	17.053,98	17.053,98	17.053,98	17.053,98	17.053,98	17.053,98	17.053,98
Total do Activo Corrente		182.317,32	182.317,32	182.317,32	182.317,32	182.317,32	182.317,32	182.317,32	182.317,32
Total do Activo		1.015.725,60	983.975,60	1.060.450,60	1.059.375,60	955.025,60	952.730,60	949.575,60	981.855,60

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Sociedade A, Lda		01	02	03	04	05	06	07	08
Balço Individual em 31 de Dezembro 2011 (continuação)									
Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO									
Capital Próprio:									
Capital realizado		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais		7.300,44	7.300,44	7.300,44	7.300,44	7.300,44	7.300,44	7.300,44	7.300,44
Outras reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados		99.562,59	99.562,59	99.562,59	99.562,59	99.562,59	99.562,59	99.562,59	99.562,59
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Interesses minoritários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		8.048,60	-23.701,40	52.773,60	51.698,60	-52.651,40	-54.946,40	-58.101,40	-25.821,40
Total do Capital Próprio		194.911,63	163.161,63	239.636,63	238.561,63	134.211,63	131.916,63	128.761,63	161.041,63
Passivo:									
Passivo não corrente:									
Accionistas/sócios		243.333,33	243.333,33	243.333,33	243.333,33	243.333,33	243.333,33	243.333,33	243.333,33
Financiamentos obtidos	13	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo não Corrente		391.264,67	391.264,67	391.264,67	391.264,67	391.264,67	391.264,67	391.264,67	391.264,67
Passivo Corrente:									
Fornecedores	13	47.817,23	47.817,23	47.817,23	47.817,23	47.817,23	47.817,23	47.817,23	47.817,23
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	15	3.141,01	3.141,01	3.141,01	3.141,01	3.141,01	3.141,01	3.141,01	3.141,01
Accionistas/sócios		217.119,25	217.119,25	217.119,25	217.119,25	217.119,25	217.119,25	217.119,25	217.119,25
Financiamentos obtidos	13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	13	156.662,86	156.662,86	156.662,86	156.662,86	156.662,86	156.662,86	156.662,86	156.662,86
Diferimentos	16	4.808,95	4.808,95	4.808,95	4.808,95	4.808,95	4.808,95	4.808,95	4.808,95
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo Corrente		429.549,30	429.549,30	429.549,30	429.549,30	429.549,30	429.549,30	429.549,30	429.549,30
Total do passivo		820.813,97	820.813,97	820.813,97	820.813,97	820.813,97	820.813,97	820.813,97	820.813,97
Total do capital próprio e do passivo		1.015.725,60	983.975,60	1.060.450,60	1.059.375,60	955.025,60	952.730,60	949.575,60	981.855,60

3.2) Sociedade B, Lda

Sociedade B, Lda

01

02

03

04

05

06

07

08

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas para o período findo em 31 de Dezembro 2011

Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
Rendimentos e Gastos									
Vendas	9	257.335,34	257.335,34	257.335,34	257.335,34	257.335,34	257.335,34	257.335,34	257.335,34
Prestações de Serviços		94,06	94,06	94,06	94,06	94,06	94,06	94,06	94,06
Subsídios à exploração	10	15.837,04	15.837,04	15.837,04	15.837,04	15.837,04	15.837,04	15.837,04	15.837,04
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	8	41.505,62	41.505,62	41.505,62	41.505,62	41.505,62	41.505,62	41.505,62	41.505,62
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	18	81,03	81,03	81,03	81,03	81,03	81,03	81,03	81,03
Total de Rendimentos e Ganhos Operacionais		314.853,09	314.853,09	314.853,09	314.853,09	314.853,09	314.853,09	314.853,09	314.853,09
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Primas Consumidas	8	186.961,55	186.961,55	186.961,55	186.961,55	186.961,55	186.961,55	186.961,55	186.961,55
Fornecimentos e serviços externos	17	97.584,45	97.584,45	97.584,45	97.584,45	97.584,45	97.584,45	97.584,45	97.584,45
Gastos com o pessoal	14	10.485,02	10.485,02	10.485,02	10.485,02	10.485,02	10.485,02	10.485,02	10.485,02
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	8	-19.940,00	9.760,00	-35.265,00	-34.740,00	27.260,00	21.207,50	28.460,00	9.165,00
Outros gastos e perdas	19	3.424,37	3.424,37	3.424,37	3.424,37	3.424,37	3.424,37	3.424,37	3.424,37
Total de Gastos e Perdas Operacionais		278.515,39	308.215,39	263.190,39	263.715,39	325.715,39	319.662,89	326.915,39	307.620,39
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamentos e Impostos		36.337,70	6.637,70	51.662,70	51.137,70	-10.862,30	-4.809,80	-12.062,30	7.232,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5+6	49.626,35	49.626,35	49.626,35	49.626,35	49.626,35	49.626,35	49.626,35	49.626,35
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Operacional antes de Gastos de Financiamentos e Impostos		-13.288,65	-42.988,65	2.036,35	1.511,35	-60.488,65	-54.436,15	-61.688,65	-42.393,65
Juros e rendimentos similares obtidos	20	426,70	426,70	426,70	426,70	426,70	426,70	426,70	426,70
Juros e gastos similares suportados	20	2.487,76	2.487,76	2.487,76	2.487,76	2.487,76	2.487,76	2.487,76	2.487,76
Resultado Financeiro		-2.061,06	-2.061,06	-2.061,06	-2.061,06	-2.061,06	-2.061,06	-2.061,06	-2.061,06
Resultado Antes de Impostos		-15.349,71	-45.049,71	-24,71	-549,71	-62.549,71	-56.497,21	-63.749,71	-44.454,71
Imposto sobre o rendimento do período	12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		-15.349,71	-45.049,71	-24,71	-549,71	-62.549,71	-56.497,21	-63.749,71	-44.454,71

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Sociedade B, Lda

01

02

03

04

05

06

07

08

Balanço Individual em 31 de Dezembro 2011

Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
ACTIVO									
Activo não Corrente:									
Activos fixos tangíveis	6	487.687,89	487.687,89	487.687,89	487.687,89	487.687,89	487.687,89	487.687,89	487.687,89
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos intangíveis	5	3.904,29	3.904,29	3.904,29	3.904,29	3.904,29	3.904,29	3.904,29	3.904,29
Activos biológicos	7	122.600,00	92.900,00	137.925,00	137.400,00	75.400,00	81.452,50	74.200,00	93.495,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Activo não Corrente		614.292,18	584.592,18	629.617,18	629.092,18	567.092,18	573.144,68	565.892,18	585.187,18
Activo Corrente:									
Inventários	8	47.603,51	47.603,51	47.603,51	47.603,51	47.603,51	47.603,51	47.603,51	47.603,51
Activos biológicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	13	43.015,66	43.015,66	43.015,66	43.015,66	43.015,66	43.015,66	43.015,66	43.015,66
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estados e outros entes públicos	15	10.878,22	10.878,22	10.878,22	10.878,22	10.878,22	10.878,22	10.878,22	10.878,22
Accionistas/sócios	13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		450,36	450,36	450,36	450,36	450,36	450,36	450,36	450,36
Diferimentos	16	4.475,95	4.475,95	4.475,95	4.475,95	4.475,95	4.475,95	4.475,95	4.475,95
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	3.671,44	3.671,44	3.671,44	3.671,44	3.671,44	3.671,44	3.671,44	3.671,44
Total do Activo Corrente		110.095,14	110.095,14	110.095,14	110.095,14	110.095,14	110.095,14	110.095,14	110.095,14
Total do Activo		724.387,32	694.687,32	739.712,32	739.187,32	677.187,32	683.239,82	675.987,32	695.282,32

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Sociedade B, Lda		01	02	03	04	05	06	07	08
Balanço Individual em 31 de Dezembro 2011 (continuação)									
Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO									
Capital Próprio:									
Capital realizado		277.000,00	277.000,00	277.000,00	277.000,00	277.000,00	277.000,00	277.000,00	277.000,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais		403,17	403,17	403,17	403,17	403,17	403,17	403,17	403,17
Outras reservas		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Resultados transitados		-1.178,06	-1.178,06	-1.178,06	-1.178,06	-1.178,06	-1.178,06	-1.178,06	-1.178,06
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Interesses minoritários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-15.349,71	-45.049,71	-24,71	-549,71	-62.549,71	-56.497,21	-63.749,71	-44.454,71
Total do Capital Próprio		290.875,40	261.175,40	306.200,40	305.675,40	243.675,40	249.727,90	242.475,40	261.770,40
Passivo:									
Passivo não corrente:									
Provisões		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo não Corrente		147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34	147.931,34
Passivo Corrente:									
Fornecedores	13	38.507,36	38.507,36	38.507,36	38.507,36	38.507,36	38.507,36	38.507,36	38.507,36
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	15	343,53	343,53	343,53	343,53	343,53	343,53	343,53	343,53
Accionistas/sócios		232.085,42	232.085,42	232.085,42	232.085,42	232.085,42	232.085,42	232.085,42	232.085,42
Financiamentos obtidos	13	2.585,65	2.585,65	2.585,65	2.585,65	2.585,65	2.585,65	2.585,65	2.585,65
Outras contas a pagar	13	9.305,76	9.305,76	9.305,76	9.305,76	9.305,76	9.305,76	9.305,76	9.305,76
Diferimentos	16	2.752,86	2.752,86	2.752,86	2.752,86	2.752,86	2.752,86	2.752,86	2.752,86
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo Corrente		285.580,58	285.580,58	285.580,58	285.580,58	285.580,58	285.580,58	285.580,58	285.580,58
Total do passivo		433.511,92	433.511,92	433.511,92	433.511,92	433.511,92	433.511,92	433.511,92	433.511,92
Total do capital próprio e do passivo		724.387,32	694.687,32	739.712,32	739.187,32	677.187,32	683.239,82	675.987,32	695.282,32

3.3) Sociedade C, Lda

Sociedade C, Lda

01

02

03

04

05

06

07

08

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas para o período findo em 31 de Dezembro 2011

Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
Rendimentos e Gastos									
Vendas	9	282.066,52	282.066,52	282.066,52	282.066,52	282.066,52	282.066,52	282.066,52	282.066,52
Prestações de Serviços		32.192,00	32.192,00	32.192,00	32.192,00	32.192,00	32.192,00	32.192,00	32.192,00
Subsídios à exploração	10	8.529,16	8.529,16	8.529,16	8.529,16	8.529,16	8.529,16	8.529,16	8.529,16
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	8	48.687,56	48.687,56	48.687,56	48.687,56	48.687,56	48.687,56	48.687,56	48.687,56
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	18	12.985,94	12.985,94	12.985,94	12.985,94	12.985,94	12.985,94	12.985,94	12.985,94
Total de Rendimentos e Ganhos Operacionais		384.461,18	384.461,18	384.461,18	384.461,18	384.461,18	384.461,18	384.461,18	384.461,18
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Primas Consumidas	8	213.593,56	213.593,56	213.593,56	213.593,56	213.593,56	213.593,56	213.593,56	213.593,56
Fornecimentos e serviços externos	17	104.918,04	104.918,04	104.918,04	104.918,04	104.918,04	104.918,04	104.918,04	104.918,04
Gastos com o pessoal	14	30.498,20	30.498,20	30.498,20	30.498,20	30.498,20	30.498,20	30.498,20	30.498,20
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	8	9.500,00	34.450,00	-6.050,00	-5.650,00	47.400,00	49.692,50	46.450,00	35.115,00
Outros gastos e perdas	19	2.110,58	2.110,58	2.110,58	2.110,58	2.110,58	2.110,58	2.110,58	2.110,58
Total de Gastos e Perdas Operacionais		360.620,38	385.570,38	345.070,38	345.470,38	398.520,38	400.812,88	397.570,38	386.235,38
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamentos e Impostos		23.840,80	-1.109,20	39.390,80	38.990,80	-14.059,20	-16.351,70	-13.109,20	-1.774,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5+6	63.935,42	63.935,42	63.935,42	63.935,42	63.935,42	63.935,42	63.935,42	63.935,42
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Operacional antes de Gastos de Financiamentos e Impostos		-40.094,62	-65.044,62	-24.544,62	-24.944,62	-77.994,62	-80.287,12	-77.044,62	-65.709,62
Juros e rendimentos similares obtidos	20	297,26	297,26	297,26	297,26	297,26	297,26	297,26	297,26
Juros e gastos similares suportados	20	13.546,55	13.546,55	13.546,55	13.546,55	13.546,55	13.546,55	13.546,55	13.546,55
Resultado Financeiro		-13.249,29	-13.249,29	-13.249,29	-13.249,29	-13.249,29	-13.249,29	-13.249,29	-13.249,29
Resultado Antes de Impostos		-53.343,91	-78.293,91	-37.793,91	-38.193,91	-91.243,91	-93.536,41	-90.293,91	-78.958,91
Imposto sobre o rendimento do período	12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		-53.343,91	-78.293,91	-37.793,91	-38.193,91	-91.243,91	-93.536,41	-90.293,91	-78.958,91

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Sociedade C, Lda

01

02

03

04

05

06

07

08

Balanço Individual em 31 de Dezembro 2011

Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
ACTIVO									
Activo não Corrente:									
Activos fixos tangíveis	6	660.036,30	660.036,30	660.036,30	660.036,30	660.036,30	660.036,30	660.036,30	660.036,30
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos intangíveis	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos biológicos	7	106.850,00	81.900,00	122.400,00	122.000,00	68.950,00	66.657,50	69.900,00	81.235,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Activo não Corrente		766.986,30	742.036,30	782.536,30	782.136,30	729.086,30	726.793,80	730.036,30	741.371,30
Activo Corrente:									
Inventários	8	116.607,27	116.607,27	116.607,27	116.607,27	116.607,27	116.607,27	116.607,27	116.607,27
Activos biológicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	13	49.727,19	49.727,19	49.727,19	49.727,19	49.727,19	49.727,19	49.727,19	49.727,19
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estados e outros entes públicos	15	5.600,78	5.600,78	5.600,78	5.600,78	5.600,78	5.600,78	5.600,78	5.600,78
Accionistas/sócios	13	3.504,43	3.504,43	3.504,43	3.504,43	3.504,43	3.504,43	3.504,43	3.504,43
Outras contas a receber		5,85	5,85	5,85	5,85	5,85	5,85	5,85	5,85
Diferimentos	16	1.723,16	1.723,16	1.723,16	1.723,16	1.723,16	1.723,16	1.723,16	1.723,16
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	14.608,23	14.608,23	14.608,23	14.608,23	14.608,23	14.608,23	14.608,23	14.608,23
Total do Activo Corrente		191.776,91	191.776,91	191.776,91	191.776,91	191.776,91	191.776,91	191.776,91	191.776,91
Total do Activo		958.763,21	933.813,21	974.313,21	973.913,21	920.863,21	918.570,71	921.813,21	933.148,21

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Sociedade C, Lda		01	02	03	04	05	06	07	08
Balanço Individual em 31 de Dezembro 2011 (continuação)									
Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO									
Capital Próprio:									
Capital realizado		135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais		73,44	73,44	73,44	73,44	73,44	73,44	73,44	73,44
Outras reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados		-58.011,20	-58.011,20	-58.011,20	-58.011,20	-58.011,20	-58.011,20	-58.011,20	-58.011,20
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		154.737,11	154.737,11	154.737,11	154.737,11	154.737,11	154.737,11	154.737,11	154.737,11
Interesses minoritários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-53.343,91	-78.293,91	-37.793,91	-38.193,91	-91.243,91	-93.536,41	-90.293,91	-78.958,91
Total do Capital Próprio		178.455,44	153.505,44	194.005,44	193.605,44	140.555,44	138.262,94	141.505,44	152.840,44
Passivo:									
Passivo não corrente:									
Provisões		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13	160.312,27	160.312,27	160.312,27	160.312,27	160.312,27	160.312,27	160.312,27	160.312,27
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo não Corrente		160.312,27	160.312,27	160.312,27	160.312,27	160.312,27	160.312,27	160.312,27	160.312,27
Passivo Corrente:									
Fornecedores	13	30.596,95	30.596,95	30.596,95	30.596,95	30.596,95	30.596,95	30.596,95	30.596,95
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	15	1.292,43	1.292,43	1.292,43	1.292,43	1.292,43	1.292,43	1.292,43	1.292,43
Accionistas/sócios		500.607,40	500.607,40	500.607,40	500.607,40	500.607,40	500.607,40	500.607,40	500.607,40
Financiamentos obtidos	13	80.269,17	80.269,17	80.269,17	80.269,17	80.269,17	80.269,17	80.269,17	80.269,17
Outras contas a pagar	13	5.966,76	5.966,76	5.966,76	5.966,76	5.966,76	5.966,76	5.966,76	5.966,76
Diferimentos	16	1.262,79	1.262,79	1.262,79	1.262,79	1.262,79	1.262,79	1.262,79	1.262,79
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo Corrente		619.995,50	619.995,50	619.995,50	619.995,50	619.995,50	619.995,50	619.995,50	619.995,50
Total do passivo		780.307,77	780.307,77	780.307,77	780.307,77	780.307,77	780.307,77	780.307,77	780.307,77
Total do capital próprio e do passivo		958.763,21	933.813,21	974.313,21	973.913,21	920.863,21	918.570,71	921.813,21	933.148,21

3.4) Sociedade D, Lda

Sociedade D, Lda

01

02

03

04

05

06

07

08

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas para o período findo em 31 de Dezembro 2011

Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
Rendimentos e Gastos									
Vendas	9	442.892,66	442.892,66	442.892,66	442.892,66	442.892,66	442.892,66	442.892,66	442.892,66
Prestações de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	10	73.335,47	73.335,47	73.335,47	73.335,47	73.335,47	73.335,47	73.335,47	73.335,47
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		243,32	243,32	243,32	243,32	243,32	243,32	243,32	243,32
Variação nos inventários da produção	8	62.659,54	62.659,54	62.659,54	62.659,54	62.659,54	62.659,54	62.659,54	62.659,54
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	18	26.630,04	26.630,04	26.630,04	26.630,04	26.630,04	26.630,04	26.630,04	26.630,04
Total de Rendimentos e Ganhos Operacionais		605.761,03	605.761,03	605.761,03	605.761,03	605.761,03	605.761,03	605.761,03	605.761,03
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Primas Consumidas	8	360.241,12	360.241,12	360.241,12	360.241,12	360.241,12	360.241,12	360.241,12	360.241,12
Fornecimentos e serviços externos	17	134.471,59	134.471,59	134.471,59	134.471,59	134.471,59	134.471,59	134.471,59	134.471,59
Gastos com o pessoal	14	53.252,40	53.252,40	53.252,40	53.252,40	53.252,40	53.252,40	53.252,40	53.252,40
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	8	-112.050,00	-70.950,00	-148.350,00	-147.300,00	-38.700,00	-49.530,00	-31.500,00	-71.110,00
Outros gastos e perdas	19	592,16	592,16	592,16	592,16	592,16	592,16	592,16	592,16
Total de Gastos e Perdas Operacionais		436.507,27	477.607,27	400.207,27	401.257,27	509.857,27	499.027,27	517.057,27	477.447,27
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamentos e Impostos		169.253,76	128.153,76	205.553,76	204.503,76	95.903,76	106.733,76	88.703,76	128.313,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5+6	62.203,41	62.203,41	62.203,41	62.203,41	62.203,41	62.203,41	62.203,41	62.203,41
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Operacional antes de Gastos de Financiamentos e Impostos		107.050,35	65.950,35	143.350,35	142.300,35	33.700,35	44.530,35	26.500,35	66.110,35
Juros e rendimentos similares obtidos	20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	20	12.411,25	12.411,25	12.411,25	12.411,25	12.411,25	12.411,25	12.411,25	12.411,25
Resultado Financeiro		-12.411,25	-12.411,25	-12.411,25	-12.411,25	-12.411,25	-12.411,25	-12.411,25	-12.411,25
Resultado Antes de Impostos		94.639,10	53.539,10	130.939,10	129.889,10	21.289,10	32.119,10	14.089,10	53.699,10
Imposto sobre o rendimento do período	12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		94.639,10	53.539,10	130.939,10	129.889,10	21.289,10	32.119,10	14.089,10	53.699,10

Sociedade D, Lda

01

02

03

04

05

06

07

08

Balanço Individual em 31 de Dezembro 2011

Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
ACTIVO									
Activo não Corrente:									
Activos fixos tangíveis	6	326.463,17	326.463,17	326.463,17	326.463,17	326.463,17	326.463,17	326.463,17	326.463,17
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos intangíveis	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos biológicos	7	203.600,00	162.500,00	239.900,00	238.850,00	130.250,00	141.080,00	123.050,00	162.660,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Activo não Corrente		530.563,17	489.463,17	566.863,17	565.813,17	457.213,17	468.043,17	450.013,17	489.623,17
Activo Corrente:									
Inventários	8	65.410,90	65.410,90	65.410,90	65.410,90	65.410,90	65.410,90	65.410,90	65.410,90
Activos biológicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	13	39.010,64	39.010,64	39.010,64	39.010,64	39.010,64	39.010,64	39.010,64	39.010,64
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estados e outros entes públicos	15	8.951,45	8.951,45	8.951,45	8.951,45	8.951,45	8.951,45	8.951,45	8.951,45
Accionistas/sócios	13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		22.414,89	22.414,89	22.414,89	22.414,89	22.414,89	22.414,89	22.414,89	22.414,89
Diferimentos	16	8.030,88	8.030,88	8.030,88	8.030,88	8.030,88	8.030,88	8.030,88	8.030,88
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Activo Corrente		143.818,76	143.818,76	143.818,76	143.818,76	143.818,76	143.818,76	143.818,76	143.818,76
Total do Activo		674.381,93	633.281,93	710.681,93	709.631,93	601.031,93	611.861,93	593.831,93	633.441,93

Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro

Sociedade D, Lda		01	02	03	04	05	06	07	08
Balanço Individual em 31 de Dezembro 2011 (continuação)									
Valores em euros	Notas	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2011
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO									
Capital Próprio:									
Capital realizado		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais		4.079,51	4.079,51	4.079,51	4.079,51	4.079,51	4.079,51	4.079,51	4.079,51
Outras reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados		55.244,18	55.244,18	55.244,18	55.244,18	55.244,18	55.244,18	55.244,18	55.244,18
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		72.602,89	72.602,89	72.602,89	72.602,89	72.602,89	72.602,89	72.602,89	72.602,89
Interesses minoritários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		94.639,10	53.539,10	130.939,10	129.889,10	21.289,10	32.119,10	14.089,10	53.699,10
Total do Capital Próprio		231.565,68	190.465,68	267.865,68	266.815,68	158.215,68	169.045,68	151.015,68	190.625,68
Passivo:									
Passivo não corrente:									
Provisões		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo não Corrente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Corrente:									
Fornecedores	13	176.880,57	176.880,57	176.880,57	176.880,57	176.880,57	176.880,57	176.880,57	176.880,57
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Accionistas/sócios		31.531,23	31.531,23	31.531,23	31.531,23	31.531,23	31.531,23	31.531,23	31.531,23
Financiamentos obtidos	13	234.404,45	234.404,45	234.404,45	234.404,45	234.404,45	234.404,45	234.404,45	234.404,45
Outras contas a pagar	13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo Corrente		442.816,25	442.816,25	442.816,25	442.816,25	442.816,25	442.816,25	442.816,25	442.816,25
Total do passivo		442.816,25	442.816,25	442.816,25	442.816,25	442.816,25	442.816,25	442.816,25	442.816,25
Total do capital próprio e do passivo		674.381,93	633.281,93	710.681,93	709.631,93	601.031,93	611.861,93	593.831,93	633.441,93